

**Contribuições
para um debate:
o sindicato e sua
história**

Coleção

ESTUDOS POLÍTICOS

Uma publicação do

CENTRO DE ESTUDOS E ATIVIDADES CULTURAIS
- CEACULT

Reg. 62.351/L-A/22
em 12 fevereiro 1981

Caixa Postal 1169
20001 Rio de Janeiro – RJ

Redação

Eduardo Stotz
Moacy Cirne
Wilma Colónia

Impressão

Jocenir Cruz Ribeiro (Agenciador de Serviços Gráficos)
Inscrição 1094358.00
Largo do Machado, 29 s/1117 - Tel.: 245-1141 e 245-3550

Montagem

Elizabeth Koide

"O Centro de Estudos e Atividades Culturais - CEACULT - é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de caráter multidisciplinar, que tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento do estudo e da pesquisa sobre problemas sociais e culturais brasileiros".

Coleção ESTUDOS POLÍTICOS

Vol. **1** - Janeiro / Fevereiro 1982

Sumário

Origens dos sindicatos na Europa:

os casos da Inglaterra — Pág. 5

O sindicalismo na América Latina — Pág. 16

Origens do sindicato no Brasil — Pág. 29

A crise do sindicalismo livre — Pág. 36

O sindicalismo e a redemocratização do pós-guerra — Pág. 47

1960/1964: a prova de fogo dos

sindicatos brasileiros - pág. 55

Pós-fácio: Sindicalismo hoje — Pág. 63

CENTRO DE ESTUDOS E ATIVIDADES CULTURAIS

- CEACULT

Rio de Janeiro — RJ

APRESENTAÇÃO

A partir de 1968, e durante dez anos, o trabalhador brasileiro foi obrigado a sofrer calado a política do arrocho salarial, sujeitando-se às péssimas condições de vida e trabalho, para que tivesse curso o chamado "milagre econômico".

A repressão estabelecida, principalmente a partir das greves de Osasco e Contagem, redundou numa resistência surda, isolada, nas fábricas e demais locais de trabalho. A situação só se modificou nos três últimos anos, quando, no bojo da crise do regime, produziram-se as recentes ondas de greves.

O descontentamento explodiu em todo o país, nas mais diversas categorias e, pela primeira vez em muito tempo, os trabalhadores brasileiros puderam obter vitórias econômicas importantes.

Um impasse, entretanto, surgiu a partir de 1980. O governo e os patrões se organizaram mais e enfrentaram as greves com extrema dureza e decisão. A greve metalúrgica de São Bernardo, do ano passado, mostrou a fraqueza de um movimento ainda pouco organizado para enfrentar a máquina econômica e política patronal.

Dentre as fraquezas evidentes do movimento, a que, sem dúvidas, mais entrava o desenvolvimento das lutas é a estreita capacidade dos sindicatos atuais de se tornarem instrumentos de luta e de organização dos trabalhadores.

A subordinação dos sindicatos ao Estado permite ao governo intervir nas entidades combativas, cassar as Diretorias, impedir a formação de Centrais Sindicais, reduzir o movimento a bases puramente locais, aumentando o poder de fogo contra os grevistas.

Essa situação está hoje cada vez mais clara para muitos sindicalistas, que em diferentes ocasiões puderam constatar que, sem sindicatos livres e autônomos, a luta do trabalhador brasileiro estará fadada a enfrentamentos em condições de extrema desigualdade.

Hoje, é tema de discussão em todos os Encontros e Congressos de Trabalhadores a situação do Sindicato e os passos necessários para transformá-lo em um verdadeiro instrumento de luta, sem as restrições impostas pela legislação de inspiração fascista, ora em vigor.

O CEACULT (Centro de Estudos e Atividades Culturais) se integra dentro desse processo de discussão e dedica o número 1 dos **Estudos Políticos** ao tema do Sindicalismo, analisando o seu nascimento na Europa e seu desenvolvimento na América Latina e no Brasil.

Não tivemos a intenção de esgotar o assunto, mas apenas de contribuir com informações e análises para uma discussão que, como já dissemos, transcende em muito os marcos de um simples Centro de Estudos.

Por isso, é preciso que se diga que o CEACULT está aberto a todos aqueles que se empenham para o amadurecimento político dos trabalhadores, através da abordagem de

temas que tenham relação com a problemática que hoje estamos vivendo.

Estamos perfeitamente cômnicos que o trabalho aqui apresentado está sujeito a muitas críticas e reparos.

Abrimos um espaço para discutir, dentro e fora do CEACULT, com todos aqueles que queiram contribuir para o avanço da teoria e da luta dos trabalhadores.

ORIGENS DOS SINDICATOS NA EUROPA - OS CASOS DA INGLATERRA

Propomo-nos a fazer aqui um breve histórico da origem dos sindicatos com a finalidade de contribuir para o esclarecimento das seguintes questões:

- em que condições históricas formaram-se os sindicatos?
- quais foram os objetivos da luta sindical?
- quais foram os limites da prática sindical?
- como se deu a relação entre movimento sindical e movimento político?

O artigo concentra-se no exemplo da Inglaterra, o "berço" do capitalismo, cujos trabalhadores foram os pioneiros do movimento sindical.

A Revolução Industrial

Na Inglaterra, as primeiras bases para uma sociedade industrial tinham sido lançadas nos fins do século XVIII:

Por um lado, na agricultura, um certo número de proprietários com espírito comercial quase monopolizava a terra; esta era cultivada por arrendatários empregando camponeses sem terra ou pequenos agricultores. Assim, a agricultura estava preparada para alimentar a população não agrícola em crescimento e fornecer excedente para as cidades. A formação da grande indústria, por outro lado, se tomou estas condições dadas pelo desenvolvimento da agricultura, seguiu um caminho próprio. A verdadeira revolução industrial ocorreu quando o produtor tornou-se comerciante e capitalista; ocorreu também que o comerciante submeteu a seu controle os artesãos independentes, como no caso dos tecelões a quem vendia a lã e comprava o tecido pronto. Estas duas formas coexistiram durante algum tempo. A segunda forma poderia subsistir enquanto a base técnica ainda estava pouco desenvolvida. Com a generalização das máquinas-ferramentas, os artesãos independentes se arruinaram.

A Formação do Proletariado Industrial e as suas Associações

A classe operária é o produto da tendência socializante inerente ao modo de produção capitalista. Sob o capitalismo o emprego de máquinas exige o trabalho comum de muitos operários, metodicamente organizado. Vimos, entretanto, que na Inglaterra o desenvolvimento do capitalismo tomou basicamente duas formas e isto teria suas consequências sobre a formação da classe operária.

Entre os antigos artesãos já existiam os chamados "trade clubs", associações de caráter mais ou menos efêmero. Sindicatos, "trade unions", associações permanentes de trabalhadores assalariados com o objetivo de manter ou melhorar as suas condições de trabalho, somente surgiram com a passagem para a produção em grande escala, quando os antigos artesãos foram sendo privados da perspectiva de tornarem-se mestres de uma oficina artesanal própria e confrontados com a perspectiva de serem assalariados para toda

a vida. Essas associações permanentes não devem ser confundidas com os antigos grêmios ou corporações medievais. Tampouco foram sucessores destes grêmios, uma vez que estes eram organizações patronais, tendo o mestre-artesão como figura de empresário que defendia o monopólio comercial de seu artesanato.

Mesmo quando já ocorria uma degradação geral do nível de vida dos ofícios, os sindicatos somente se formaram no momento em que Capital e Trabalho estavam definitivamente divorciados. No caso do ramo têxtil, quando a típica figura do tecelão foi reduzida, o artesão independente não apenas viu-se privado da posse do seu produto, mas também dos seus instrumentos de trabalho. E assim, em 1780, quando o aluguel dos teares tinha-se generalizado, é que surgiu a associação permanente dos assalariados nesse ramo.

Ressalte-se, portanto, que os primeiros sindicatos não surgiram entre os trabalhadores desqualificados, mal pagos e oprimidos (trabalhadores agrícolas, mineiros) mas sim entre oficiais artesãos cuja qualificação foi adquirida em longa aprendizagem, e cujo nível de vida tinha sido protegido, durante séculos, por leis medievais.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista não deixou de se refletir na política do Parlamento Inglês. Antes, no século XVI, a política industrial do Parlamento funcionou declaradamente como autoridade reguladora, protegendo os ofícios, assumindo a responsabilidade de proporcionar um nível de vida adequado a todos os assalariados. E ainda em 1728 os operários de Gloucestershire levaram os Juizes de Paz do local a fixar uma escala de salários para os tecelões da região. Em 1756 os tecelões conseguiram uma "tabela" fixando os preços por unidade. Porém com a crescente influência da burguesia industrial na Câmara dos Comuns, os anos seguintes trouxeram uma mudança revolucionária na política industrial. Inicialmente os ricos comerciantes têxteis conseguiram a "liberdade de contrato", até então restringida pelas regulamentações medievais, e o regime de concorrência irrestrita, fazendo com que a lei de 1756 fosse revogada, o que se deu no ano seguinte. Em 1777, uma nova lei aboliu as limitações dos aprendizes.

As restrições graduais das antigas regulamentações protetoras provocaram entre as associações de ofícios uma campanha para colocar em vigor as antigas leis. Mas o Parlamento atendia cada vez menos às petições feitas por operários - petições que eram o único meio de sua expressão política. Quando, em 1776, os tecelões e fiadores de Somerset levaram uma petição contra a introdução de um tipo de máquina de fiar, que permitia a um operário trabalhar com 8 a 80 fios cada vez, a Câmara sequer aceitou recebê-los.

Ao lado das associações de oficiais artesões difundiram-se, a partir de 1792, associações entre o núcleo dos novos operários fabris, os fiadores de algodão em Lancashire. No seu caso já não se tratava mais de "restabelecer as antigas leis" mas sim de se unir frente a um capitalista que se aproveitava da concorrência entre eles, fazendo-os trabalhar até 16 horas por um salário mais do que miserável. Frederico Engels, na sua obra **A Situação da Classe Operária na Inglaterra**, de 1845, descreve bem as condições de vida e de trabalho desse novo proletariado industrial.

Esta ameaça potencial aos capitalistas ascendentes, juntamente com a ameaça que os acontecimentos da Revolução Francesa representavam, levou o Parlamento Inglês

apressadamente à aprovação dos "Combination Acts", em 1799-1800, pelos quais ficava *proibida a livre associação*. Se bem que esta lei, em princípio, uma consolidação de várias leis singulares anteriores, introduziu um período de perseguição feroz às associações operárias.

A Lei serviu para suprimir rebeliões e greves a descartar reivindicações por melhores condições de trabalho numa época em que a Inglaterra estava envolvida em uma guerra com a França, e em que sua economia se expandia na base da indústria de algodão (esta indústria chegaria a empregar 1,5 milhões de trabalhadores em 1833) e estava pressionada a aumentar produção e vendas. De todos os custos, os salários eram os mais comprimíveis — ou através da redução absoluta dos salários, ou da introdução de máquinas.

É interessante observar que desde fins do século XVII os operários de várias profissões mantinham contato entre si através de Sociedades de correspondência, que eram o modo de burlar a legislação que proibia a toda associação entrar em contato com outra associação de outro lugar. A Sociedade de Correspondência de Londres, dirigida por um sapateiro de nome Thomas Hardy, manteve contatos com os revolucionários franceses. A burguesia inglesa tomou como pretexto as relações de correspondência com os jacobinos franceses para iniciar uma perseguição contra aquelas Sociedades, e finalmente suprimi-las.

De 1799 a 1824 a classe operária inglesa viu-se privada de todo o direito de reunião e associação. É significativo que, neste contexto, os operários de algodão fossem os que mais sentiram o peso das novas leis. Pois enquanto as leis não conseguiram suprimir as associações entre os artesãos qualificados, elas foram muito eficazes em prevenir o crescimento de associações permanentes em setores do operariado com pouca ou nenhuma tradição artesanal, constituídos de um operariado não qualificado, mal instruído, sem recursos materiais para manter uma estrutura organizatória e uma "caixa de resistência".

Os Sindicatos — As "Escolas de Guerra" da Classe Operária

Apesar das leis contra as associações, nos primeiros vinte anos do século XIX cresceu a unidade dos trabalhadores organizados para superar a concorrência entre si e enfrentar o capitalista como poder. O fato de eles serem forçados à clandestinidade, impedidos de criar entidades abertas, bem estruturadas e organizadas, levou a que nesses anos ocorressem repetidos surtos violentos de quebra-quebras de instalações fabris — como foram realizados, por exemplo, pelos "ludditas" (assim chamados por causa do seu líder, o "general" Ludd) entre 1812-1818. Mas o movimento não demorou a passar a uma luta mais consciente. Novas organizações colocaram o objetivo da modificação das condições da vida política da classe operária. Exigiram em primeiro lugar o direito de reunião, o direito de associação e a liberdade de imprensa. No plano sindical, os operários conseguiram formar os primeiros *sindicatos completamente nacionais em profissões específicas* (impressores de chita, trabalhadores de papel), organizar uma campanha *de solidariedade à greve de ofícios particulares* e aproximar *ofícios diferentes*.

Em muitas greves, os operários aprenderam que não conseguiriam êxitos contra os patrões bem organizados enquanto a sua organização se limitasse ao nível local. Assim,

depois da abolição das Leis que proibiam a livre associação, em 1824-25, ao lado de um enorme surto de associações de trabalhadores por todo o país, observaram-se também esforços maiores para organizá-las nacionalmente.

Uma Associação de Trabalhadores *de vários ramos industriais* (com 150 associados), organizada *a nível nacional*, foi fundada em 1830 sob o nome de "National Association for the Protection of Labour". Esta se propôs à resistência unida contra cortes salariais. Ao lado dos iniciadores, os têxteis, inclui sindicatos dos construtores de máquinas, mineiros e outros. Na mesma época, os trabalhadores da construção civil fundaram o primeiro sindicato industrial nacional, superando o fracionamento local ao mesmo tempo que a divisão em vários ofícios — a "Operative Builders Union".

Os objetivos dos sindicatos eram então:

- a fixação e aumento dos salários;
- as negociações coletivas com os patrões;
- manter os salários iguais em cada ofício;
- negociações de "escalas salariais"; em caso de não-aceitação por parte dos capitalistas, boicote de sua empresa;
- limitação de aprendizes;
- impedir a introdução de máquina;
- apoio aos operários desempregados.

Os esforços dos operários em eliminar a concorrência entre si através de uniões que superassem as particularidades regionais e de categoria, refletem as *lições* que as greves lhes ensinaram. As greves eram verdadeiras "escolas de guerra" em que os operários começaram a ver a possibilidade de "ações violentas contra a classe capitalista" e de "apoiar tentativas de libertação de operários em outras regiões da Inglaterra". Ao expressar-se desta forma, em 1834, o órgão operário *Poor Man's Guardian* colocava o objetivo da abolição do sistema de trabalho assalariado.

Os Sindicatos e a "Nova Ordem Social"

Os capitalistas reagiram violentamente contra a movimentação operária, impedindo, periodicamente, a mobilização sindical aberta — inclusive utilizando o Exército. Nos anos de 1830 falava-se muito em uma "nova ordem social". Muitos operários sindicalizados voltaram-se para a agitação política. Exemplo foram os "Short Time Comíttees", que visavam a fixação legal da jornada de 10 horas de trabalho (o que conseguiram, em muitas mobilizações e greves) e as teorias de reforma social de Robert Owen. Os líderes operários John Gast e Willian Lovett empenharam-se em criar, no ano de 1833, um movimento sindical unitário que não apenas interviesse na luta diária dos trabalhadores, mas também servisse de instrumento para a introdução da nova ordem social cooperativa. Pretendiam enfrentar os "lock outs" e as reduções de salários criando sociedades cooperativas de produção,

ameaçando assim os patrões com a perda de negócios. Iniciou-se uma campanha até então desconhecida pela sindicalização que, dentro de pouco tempo, atingiu a mais de meio milhão de operários, entre eles muitos trabalhadores agrícolas e mulheres — fato novo na história dos sindicatos até então. Assim conseguiu-se organizar massas imensas de operários na "Grand National Consolidated Trades Union", em 1834, à direção da qual participaria Robert Owen.

As experiências vividas nas lutas salariais, em que capitalistas e o governo se juntaram para reprimi-las, e a permanente condição de impotência política criaram nos operários uma disposição de buscar a "nova ordem social" com meios de luta de classe — em vez de acreditar nos apelos reformistas de Owen. Os capitalistas, alarmados, reagiram maciçamente com "lock outs" e o Governo estimulou-os a negar emprego a trabalhadores sindicalizados (o reconhecimento *legal* dos sindicatos ainda não tinha sido conquistado, apesar do direito à livre associação).

A "Grand National" ainda conseguiu mobilizar todo o país em protesto contra a condenação, atividade na qual esgotou definitivamente os seus escassos fundos. Owen fez uma declaração pública condenando as greves, e com isso a União, que nunca chegara a ser organizada de forma regular, com objetivos e métodos bem definidos para realizar as tarefas no sentido de uma "nova ordem social", se esfacelou. Com ela morreu a esperança de poder utilizar o movimento sindical para derrubar o sistema capitalista através do que se chamava de "Feriado Nacional", uma greve geral.

O Movimento Cartista

Esse movimento, que mobilizou os operários na Inglaterra entre 1837 e 1848, não foi um movimento sindical. Além de contar com a presença de setores "radicais" da burguesia em seu meio, o movimento contava, entre seus iniciadores e propagandistas, com operários sindicalizados e líderes sindicais que participaram das lutas anteriores e que chegaram à conclusão de que deveriam concentrar-se mais na *agitação política* pela *Carta do Povo*. A *Carta* trazia reivindicações políticas constitucionais, tais como o sufrágio universal, eleições parlamentares anuais, salários para os deputados parlamentares, eleições por escrutínio secreto, circunscrições eleitorais iguais, abolição da cláusula de que só os proprietários de terras no valor de pelo menos 300 libras esterlinas podiam candidatar-se.

O cartismo apoiava-se muito nos operários têxteis e nos mineiros. Conseguiu que uma greve geral em Lancashire, no ano de 1842, se transformasse num levantamento pela *Carta do Povo*. A greve, entretanto, não fora desejada pelos operários. Os patrões é que fecharam as fábricas para pressionar o Parlamento a revogar a Lei dos Cereais. As massas, entretanto, radicalizaram-se. Surgiu logo a reivindicação de "um salário justo para trabalho diário justo", ao lado daquelas reivindicações contidas na *Carta*. A burguesia, compreendendo que o movimento operário recusava-se a ser seu instrumento, mandou as tropas atirar e esmagar a fogo e ferro aquela rebelião. O proletariado foi derrotado, pagando o preço da sua espontaneidade. Porém a separação total entre a burguesia e o proletariado foi o resultado dessa derrota. A partir deste momento, como disse Engels, o cartismo

tornou-se uma causa puramente operária. Ao final o movimento dividiu-se quando o Parlamento declarou que não aceitaria a *Carta*. É interessante observar que apenas em 1867 foi concedido o direito de voto aos operários das grandes cidades.

O "Novo Modelo"

Ao final dos anos de 1840, o capitalismo inglês estava derrubando todas as barreiras que impediam sua expansão industrial e comercial. A plena liberdade de comércio, juntamente com o monopólio industrial do mundo, trouxeram lucros nunca vistos para o Capital.

A expansão influiu no movimento sindical da seguinte maneira: por um lado, para os operários das indústrias em expansão, tornou-se necessário adaptar-se ao crescimento e à mecanização, organizando-se de maneira mais eficaz. Por outro lado, como o capitalismo podia dar-se ao luxo de fazer concessões aos operários das indústrias-chaves da época (ou seja, os operários têxteis, que conseguiram a jornada de trabalho de 10 horas em 1847, os artesãos qualificados na metalurgia e na construção civil), o movimento sindical caracterizou-se pela aceitação da ordem vigente, diri-gindo-se para reformas específicas e limitadas, alcançáveis dentro desta ordem.

A partir dos anos 50, os sindicatos trataram de "ligar" as associações, criando "Amalgamated Societies" ou "Unions", a exemplo dos construtores de máquinas, seguidos de operários têxteis e outros. Estes sindicatos caracterizavam-se pela organização centralizada, com a perda de autonomia dos sindicatos locais, pela existência de um grupo de funcionários pagos que cuidavam, em primeiro lugar, de uma rígida administração dos fundos, e pela dedicação à previdência social mais do que à preparação de greves.

Porém devido a esta força organizacional e financeira, eles destacaram-se na luta pela jornada de 9 horas, prestando considerável ajuda financeira a operários de outros ramos em demoradas greves. Estabeleceram "Trade Councils" (Conselhos de sindicatos nas grandes cidades) que, em 1868, uniram-se no grande e único "Trade Union Congress", o que influenciaria muito na conquista do reconhecimento legal dos sindicatos. Eram também ativos nas campanhas de solidariedade internacional e muitos sindicatos filiaram-se à Associação Internacional dos Trabalhadores dirigida por Karl Marx. Esta atitude internacionalista teve um importante papel, a exemplo do impedimento da importação de fura-greves estrangeiros.

Depois destes êxitos, porém, os sindicatos "amalgamados" começaram a viver um período de desgaste. A crise da indústria inglesa em 1878-1879, foi um dos fatores desse desgaste. Mas o problema de fundo estava no estabelecimento de aumentos salariais e redução da jornada de trabalho como fim último da luta operária, para o qual montara-se toda uma estrutura sindical. A crise, que poria fim ao monopólio industrial da Inglaterra afetou sobretudo o poder de pressão desses sindicatos. Finalmente este movimento sindical fracionou-se em lutas pelo controle administrativo nos vários ramos sindicais.

O Surto do Novo Sindicalismo

Os "sindicatos amalgamados" não souberam reagir à crise porque não "estavam marchando na primeira fileira da classe operária". As contribuições financeiras impostas aos associados aumentaram, enquanto os serviços começaram a falhar. Desencadeou-se uma forte crítica aos sindicatos e aos seus funcionários aliados ao Partido Liberal (que representava os capitalistas mais "progressistas") por parte de líderes socialistas e jovens líderes sindicais. Novas forças surgiram nas greves das operárias de uma fábrica de fósforos, em 1888, e dos trabalhadores de gás, pela jornada de 8 horas. No mesmo ano pararam os trabalhadores nos estaleiros em Londres, numa greve violenta acompanhada por uma onda de solidariedade internacional. A sua vitória contribuiu para a sindicalização de trabalhadores em novos sindicatos, fora dos "amalgamados" (até então tidos como não-mobilizáveis), que surgiram em toda a parte (trabalhadores ferroviários, mineiros, estaleiros). Neste processo formaram-se lideranças socialistas e marxistas. Como se vê, uma mudança considerável no movimento sindical.

O significado da mudança pode ser justamente apreciado quando observamos que o movimento sindical até então se deu quase que exclusivamente em torno dos interesses da minoria qualificada da classe operária, fato que foi lamentado por Engels e, mais tarde, pelos integrantes da Associação Internacional dos Trabalhadores, fundada em 1864. Eis o que escreveu Engels a respeito das diferenças entre o velho e o novo sindicalismo:

"O que, em minha opinião, tem muito mais importância ... é o despertar do East End londrino. Este campo de miséria infinita deixou de ser o pântano estagnado que era ainda há seis anos. O East End rompeu com a apatia do desespero; ressuscitou e converteu-se na pátria do "novo trade-unionismo", isto é, a organização da massa imensa de operários "não-qualificados" ... Os velhos sindicatos conservavam as tradições correspondentes à época do seu surgimento; para eles, o sistema de salário é algo definitivo, estabelecido de uma vez por todas, e algo que, na melhor das hipóteses, podem apenas suavizar, no interesse dos seus filiados. Os novos sindicatos foram, ao contrário, organizados numa época em que a crença na eternidade do regime de salários já tinha sido violentamente abalada. Seus fundadores e dirigentes eram homens de consciência ou sentimento socialistas; as massas que a eles afluíram e que constituem a sua força eram formadas por homens rudes e ignorantes, a quem a aristocracia da classe operária olhava de cima. Têm, porém, absolutamente livre dos "respeitáveis" preconceitos burgueses tradicionais que fazem girar as cabeças dos 'velhos tradi-unionistas', colocados em melhores condições que eles. E, agora, vemos esses novos sindicatos assumirem a direção geral do movimento operário e as 'velhas trade-unions', ricas e orgulhosas, seguirem cada vez mais a reboque."

A nova corrente sindical se afirmou na luta vitoriosa pela jornada de 8 horas fixada em lei — uma reivindicação formulada pela Segunda Internacional em 1889, em Paris, e finalmente assumida pelo movimento na Inglaterra. A jornada de 8 horas foi transformada em bandeira de luta da manifestação de 200.000 no 19 de Maio de 1890 em Londres (isto

apresentou uma mudança também, pois entre 1886 e 1888 os representantes sindicais ingleses da velha guarda se haviam negado a assumir a luta em escala internacional). Em 1893, os líderes sindicais progressistas, que tinham aprendido a lição do "círculo vicioso" em que se tinha movido o movimento sindical durante 30 anos, fundaram o abrangente Partido Independente dos Trabalhadores. Os rumos errados que este Partido tomou, os fracassos dos socialistas, que tiveram uma ascensão tão promissora, e a conseqüente restauração das antigas forças reacionárias constituem matéria para um outro capítulo, que não estudaremos aqui. Mesmo assim é importante assinalar que o Partido, apesar de se dizer uma organização socialista, não tinha um programa sustentado em bases marxistas. Propugnava uma ação coletiva a fim de "acabar com o sofrimento humano" e coisas do gênero — se é que se pode falar de um programa coerente. A maioria do Partido rejeitou a declaração proposta pelo sindicato operário dos eletricitistas para que se reconhecesse a luta de classes e a defesa da socialização dos meios de produção; Jack Jones, em representação do Conselho Operário de West Ham, fez outra proposta para que a organização se declarasse partidária de acabar com o capitalismo e pela propriedade pública dos meios de produção, igualmente rechaçada na assembleia partidária de 1903. As resistências e o tipo de socialismo aceito pela maioria do Partido era parte de um movimento mais amplo de revolta contra os males manifestos da sociedade capitalista. Este impulso levou para as fileiras do Partido Trabalhista Independente muitos grupos das classes médias, principalmente jovens que sentiram vocação por algum serviço social. Isto deu ao novo Partido um amplo programa de reformas sociais imediatas. Desenvolvendo porém esta luta limitada ao terreno do parlamentarismo burguês e fazendo transações com burgueses liberais, os trabalhistas independentes acabaram assim tornando-se prisioneiros daqueles políticos.

Conclusões

O desenvolvimento do movimento operário na Inglaterra demonstra a importância crucial da luta pela existência dos sindicatos e pela liberdade de associação sindical, única condição da classe operária enfrentar de modo organizado e permanente a exploração capitalista. Esta experiência adquiriram-na no curso de greves prolongadas e violentas. Foram as "escolas de guerra" entre Trabalho e Capital. Mas a escola ainda não é a guerra. Para se colocar na vanguarda da luta de classes, o proletariado precisaria colocar-se em uma sistemática oposição à política e instituições da burguesia. Não foi o que ocorreu na Inglaterra, apesar das promessas que o novo sindicalismo aparentou trazer no final do século XIX. As razões mais profundas dessa evolução devem ser buscadas nas heranças medievais corporativas que se mantiveram no movimento operário, ao surgimento de uma aristocracia operária que se beneficiava do monopólio industrial que a burguesia inglesa exercia no mundo e à influência ideológica das camadas proletarizadas e radicalizadas das classes no meio do movimento político da classe operária.

O sindicalismo na América Latina, que estudaremos a seguir, partiu de uma tradição e ambiente histórico diversos daquele em que se formou o proletariado inglês. As tradições sindicais do nosso proletariado vêm sobretudo do anarco-sindicalismo, chegando-nos através das ondas de imigrantes espanhóis e italianos que para cá afluíram nos últimos

decênios do século passado. E a industrialização na América Latina ocorreu já dentro da fase imperialista do capitalismo, isto é, sob uma forma dependente. Isto deu ao movimento operário e ao sindicalismo latino-americano uma feição particular.

BIBLIOGRAFIA

ENGELS, F. Prefácio à edição alemã de *A Situação da Classe Operária na Inglaterra*.

ENGELS, F. *A Situação da Classe Operária na Inglaterra*. COLE, G.D.H. *Historia del Pensamiento Socialista*, v. I, II e III. ABENDROTH, W. *Historia do Movimento Trabalhista Europeu*. HOBBSBAWN, E. *A Era das Revoluções*.

HOBBSBAWN, E. *A Era das Revoluções*.

HOBBSBAWN, E. *A Era do Capital*.

RIAZANOV, W. *Marx e Engels*.

PELLING, Henry. *A History of British Trade Unions*.

O SINDICALISMO NA AMÉRICA LATINA

Até fins do século XIX a vida econômica e social da América Latina era marcada pelo domínio de grandes latifúndios, cuja produção voltava-se para exportação. A sociedade estava dividida fundamentalmente entre os proprietários de terras, os latifundiários herdeiros dos colonizadores, e conquistadores espanhóis ou portugueses; no outro extremo, pelos trabalhadores e camponeses sem terra, índios em sua maioria, mas também escravos negros como no Brasil e nas Antilhas. Existiam pequenos grupos intermediários, como os comerciantes, profissionais liberais e artesãos nas cidades, mas sem qualquer expressão significativa. Por volta de 1870 esse sistema começou a ser minado. O desenvolvimento do capitalismo na Europa e Estados Unidos, que havia entrado na fase dos monopólios, passava a depender de modo crescente de matérias-primas e alimentos que somente poderiam encontrar em abundância nos países colonizados e uma das áreas coloniais era a América Latina. Os investimentos que realizaram na infra-estrutura necessária ao escoamento das mercadorias para os países centrais favoreceram então um surto industrial embrionário. Contudo, até 1929, todo o continente, desde o México até a Patagônia era principalmente agrícola, com algumas regiões de desenvolvimento mineiro (Chile, Bolívia) e com certa industrialização em Buenos Aires, Rio de Janeiro e São Paulo. Afora o proletariado empregado nas minas, ferrovias, serviços públicos, existia um operariado ligado a uma produção manufatureira e industrial leve, de base artesanal (exceção feita à indústria têxtil). Devido a intensa exploração, não demorou muito para o surgimento de greves, sempre duramente reprimidas. A direção deste movimento estavam trabalhadores imigrantes, com ideologia anarquista ou socialista. Para a Europa, a imigração significou sem dúvida uma forma de atenuar as contradições sociais geradas pela industrialização. Em contrapartida, para a América Latina, representou a introdução do fermento revolucionário.

Para entender as influências ideológicas a que foram submetidos os operários latino-americanos nos primórdios de sua industrialização precisamos levar em conta que eram trazidas por imigrantes oriundos da Espanha e Itália, países onde a classe operária conhecera pouco desenvolvimento em função da limitada industrialização. O anarquismo em suas várias formas, sobretudo o anarco-sindicalismo, era a "marca registrada" da vanguarda dos operários imigrantes daqueles países. Apesar disto, para aqui vieram também trabalhadores que defendiam ideias socialistas.

Os anarco-sindicalistas acreditavam na "ação direta": com isto queriam dizer que os salários, horas e condições de trabalho deviam ser unilateralmente determinados por eles. Recusavam geralmente que sindicatos sob seu controle assinassem acordos coletivos, uma vez que implicavam quase sempre no reconhecimento da importância da luta política na medida em que se buscassem normas com força de lei. Os socialistas, pelo contrário, reconheciam a importância da luta pelos direitos dos operários sob a forma de lei e, logo, da ação política. Estavam mais capacitados, portanto, a organizar as novas levadas de trabalhadores industriais que, depois dos anos de 1920, já não vinham mais do estrangeiro, mas do interior da América Latina — do campo.

A influência anarco-sindicalista no movimento sindical atingiu o seu apogeu nos anos

que vão até a Primeira Guerra Mundial, um período de grandes lutas, com uma tônica revolucionária em certos casos. Com a derrota dessas tentativas, segue-se um período de intensa repressão por parte das classes dominantes. Foram estas as condições políticas que favoreceram o surto "reformista" durante os anos 20. O pano de fundo social estava dado pela presença de novos contingentes operários, sem tradição de luta e até então desorganizados. Isto foi particularmente notável depois da crise mundial de 1929, que acabou favorecendo um novo surto de industrialização nos países que possuíam condições para isto. A burguesia industrial cresceu e para firmar-se muitas vezes utilizou-se do sentimento anti-imperialista do proletariado para adquirir vantagens próprias, sem nunca chegar ao rompimento com o imperialismo. Para submeter o proletariado pôs em prática uma legislação social e sindical "paternalista".

Os anos que se seguiram à Grande Depressão, marcados por estas mudanças, foram anos em que o nacionalismo penetrou como ideologia na classe operária e se intensificou a ofensiva da burguesia sobre os sindicatos livres, numa permanente tentativa de controlá-los. Os êxitos que ela logrou alcançar foram mais profundos e duradouros onde menor era a tradição de luta independente do proletariado.

O esgotamento do processo de industrialização, nos anos 60, minaram as condições materiais que haviam sustentado o nacionalismo. As burguesias latino-americanas entram em acordo com os monopólios imperialistas, tendo em vista expandir a indústria em ramos onde elas não se encontravam capacitadas para grandes investimentos. Assim, surgem setores produtivos novos, como a indústria automobilística na Argentina, México e Brasil. Aparece uma nova camada de operários, que na década seguinte estaria a frente de inúmeras graves. Isto não poderia deixar de trazer consequências no movimento sindical.

Argentina

Os anarquistas eram sobremaneira fortes na Argentina nos começos do movimento sindical, onde já organizavam greves através das Sociedades de Resistência desde 1889. Muito embora já existissem associações operárias, como a dos carpinteiros e padeiros em 1885-1886, foi a partir das greves que o movimento sindical tomou impulso. Até 1901 não existia ainda uma Central Sindical. Neste ano, anarquistas, socialistas, sindicatos "apolíticos", resolveram organizar a Federação Operária Argentina (FOA); a união é precária e em 1903 os socialistas resolvem constituir a União Geral do Trabalho (UGT) e os anarquistas a Federação Operária da Região Argentina (FORA) em 1904. Enquanto estes últimos proclamam a greve econômica a forma de luta suprema, os socialistas seguem linha bastante diversa. Defendem a greve como meio principal, mas não único de luta; recomendam à classe trabalhadora participar também na luta política de proteção dos trabalhadores. Contudo a influência "sindicalista" também se fazia notar no próprio interior dos socialistas que no III^o Congresso adotaram a resolução de que a luta política era ". . . uma ajuda secundária à atividade material e positiva que o proletariado realiza lutando no campo econômico."

Tanto os capitalistas como o Governo viam o sindicalismo como subversivo e fizeram

o possível para destruir o movimento sindical. Uma das tentativas mais violentas foi uma lei aprovada em 1902, que dava poderes ao Governo para deportar qualquer estrangeiro que lhe parecia ameaçar a segurança. As greves gerais, promovidas conjuntamente pela FORA e UGT foram violentamente reprimidas. Em 1909, o Governo decreta a Lei Anti-anarquista, em consequência das manifestações de maio que culminaram na morte de um chefe de polícia. A lei afetou também os sindicatos não anarquistas e ao Partido Socialista. A partir daí as organizações sindicais foram colocadas na ilegalidade e o movimento operário entra em descenso. Esta situação permitiu que a coalizão política oposicionista, a União Cívica Radical, empolgasse parte do proletariado, principalmente aquela parcela que até então não era sindicalizada ou mantivera-se à margem das duas principais correntes sindicais. Foi assim que, em 1916, Hipólito Irigoyen conseguia eleger-se Presidente da República. Contudo as pequenas reformas produzidas na máquina estatal bem mais se caracterizaram numa tentativa de moralização da vida pública, sem mudanças de profundidade. E quando o proletariado, depois de anos de silêncio, voltou a se manifestar encontrou da parte do Governo, a par de tentativas isoladas de ação paternalista, uma brutal repressão. Em 1919 a intervenção do Exército pôs fim à "Semana Trágica", no início da qual alguns dirigentes sindicais haviam considerado possível a instauração de "soviets" (conselhos de deputados operários) em Buenos Aires, à semelhança de idêntica tentativa no Rio de Janeiro em 1918. Eram as repercussões da Revolução Russa na América Latina. A repressão foi violenta, custando centenas de vítimas aos operários. Em consequência, as Centrais Sindicais perderam forças, delas separando-se algumas Federações que se converteram em "autônomas".

As tendências predominantes no movimento sindical durante toda a década de 20 foram marcadamente reformistas. A União Sindical Argentina (USA), organizada em 1922, professava um socialismo "moderado", contando com 30 mil membros. A outra corrente era representada pelos operários das Estradas de Ferro, organizados em dois sindicatos, a "Fraternidade" dos condutores e a "União Ferroviária" para o restante do pessoal. Eles mantiveram-se independente; eram os representantes de um sindicalismo "apolítico". Mas em 1926 organizaram a Confederação Operária Argentina (COA) que aderiu à Internacional Sindical de Amsterdan, chamada por Lênin, de "Internacional Amarela" porque no seu suposto "apoliticismo" escondia-se um feroz anti-comunismo. Finalmente haviam os comunistas que trabalharam na USA e que em 1929 constituíram seu Comitê de Unidade Sindical, o qual, seguindo orientação da internacional Comunista, organizava frações sindicais dentro de cada federação sindical.

Em 1930, sob iniciativa da Federação Argentina dos Trabalhadores na Imprensa, organizou-se a Central Geral dos Trabalhadores (CGT). As consequências da crise mundial deflagrada no ano anterior, ao impulsionar novamente a luta operária, radicalizaram também as disputas entre as várias tendências sindicais o que deu finalmente lugar a uma cisão na CGT, em 1942. Neste momento socialistas "moderados" e "amarelos" constituíam já a maioria e se haviam unido numa só corrente sindical, sob o nome de "CGT-1". A liderança desta corrente estava nas mãos dos sindicatos ferroviários, cuja Federação dispunha de muitas posses, como edifícios administrativos próprios com grande número de empregados,

hospitais, escolas, colônias de férias etc. — que serviam como freio às greves, procurando sempre obter as reivindicações através de negociações. A "CGT-2" era controlada pelos comunistas, e suas bases estavam entre os têxteis e construção civil.

É este o proletariado que Perón encontrou quando chega ao Governo por meio de um golpe militar. O golpe, de cunho nacionalista e com pretensões hegemônicas sobre a América Latina, trazendo consigo uma forte simpatia pelo fascismo, põe fim ao reinado político dos latifundiários na Argentina. Mas a percepção de que o novo regime era impopular entre todas as classes, fez com que os militares buscassem o apoio da classe operária com promessas de reformas sociais. Os líderes dos sindicatos mais importantes foram receptivos a estas promessas, uma vez que vinha ao encontro de sua própria prática e aspirações reformistas. A campanha pelo apoio sindical ao regime militar transformou-se aos poucos em apoio ao próprio Perón, começando com sua nomeação para Secretário do Trabalho e do Bem-Estar Social, em novembro de 1943. Durante os dois anos em que se manteve no posto, o movimento sindical sofreu uma mudança profunda. Inicialmente porque, em virtude da industrialização, a classe operária cresceu em número. Em segundo lugar, os setores mais amplos, não-especializados, e os "descamisados", entram no movimento sindical sob a liderança de Perón. Os trabalhadores sindicalizados passam de 300 mil em 1942 para 2 milhões em 1945. Na Argentina aconteceu, então, o que havia ocorrido com o proletariado brasileiro depois de 1930: os sindicatos passaram a ser controlados pelo Estado. Porém a diferença estava em pelo menos dois aspectos: enquanto Getúlio Vargas subordinava os trabalhadores ao Ministério do Trabalho, Perón concentrava em si, no seu carisma político, as decisões sobre os problemas sindicais. Por outro lado, enquanto Getúlio se deparou com um proletariado fraco, que não dispunha de nenhum sindicato verdadeiramente influente no país, Perón era obrigado a defrontar-se com o fato consumado de uma organização sindical relativamente antiga e forte. Precisou suprimir algumas já existentes, fomentar outras, submetê-las. Os que se recusaram a cooperar com ele tiveram como destino os campos de concentração no extremo Sul, o exílio ou a clandestinidade. A CGT-2 foi dissolvida.

Como foi estruturado este sindicalismo "peronista"?

Os novos sindicatos foram organizados contando com uma série de concessões, como os acordos coletivos, leis de proteção ao trabalho, férias e seguro social. Isto garantiu uma base de apoio de massa. Mas o controle vinha em 1945 por meio da *Lei das Associações Profissionais*, a qual previa o reconhecimento legal dos sindicatos — na prática aqueles que apoiavam Perón. Somente os sindicatos legalizados podiam participar de negociações coletivas, bem como manejar o dinheiro da quota sindical deduzida do salário do trabalhador. Estas quotas não eram passadas aos sindicatos, mas às Federações Centrais, cujas diretorias podiam além do mais intervir nas organizações sindicais provinciais, locais ou de uma empresa determinada, depondo e nomeando dirigentes. Os chefes superiores, livres do controle das bases, passaram a depender apenas do Governo. A corrupção se generaliza de fato: o dinheiro corria em abundância, sobretudo porque as Federações dispunham de importâncias dos fundos ou caixas de pensões impostas pelas novas leis de seguro social, que aplicaram na aquisição de grandes hotéis para seus filiados.

O outro elo de ligação com o Governo se realizou por meio do Partido Justicialista,

inicialmente um partido "trabalhista" com uma direção sindical mas em seguida substituída por políticos profissionais, em meio a protestos e prisões dos sindicalistas contestadores.

A extensão do apoio dos operários a Perón, no qual identificavam a sua redenção social, apareceu claramente quando um golpe militar derrubou-o do Governo. Muito embora o objetivo manifestado deste golpe fosse acabar com a influência pessoal de Perón nas Forças Armadas, o que expressava de fato era, por um lado, o temor da burguesia quanto ao crescente poder dos sindicatos e, por outro, sua disposição em abrir as portas ao capital estrangeiro. A resposta do proletariado foi imediata: uma greve geral em que milhares de peronistas tomaram o controle virtual das ruas de Buenos Aires. Assim Perón volta da prisão para os "braços do povo".

Mas o retorno não foi duradouro. Em 1955 Perón é novamente derrubado, e desta vez seguiu caminho do exílio na Espanha. A sua queda deve ser vista contra o pano de fundo do esgotamento da industrialização, que foi seguida de um crescente processo inflacionário. Isto minou o prestígio de Perón no interior do movimento sindical e das massas, favorecendo as forças reacionárias, que não perderam tempo. É importante notar que os métodos ditatoriais que eliminaram as oposições no movimento sindical alienaram também consideráveis setores da classe operária. Começava o progressivo, embora lento, desgaste do peronismo. De 1955 até 1973 o sindicalismo peronista foi mantido na ilegalidade. Os governos militares tentaram "despolitizar" os sindicatos, jogando com o exílio de Perón. Conseguiram apenas obrigar o peronismo a sofrer convulsões, levando a uma radicalização crescente simultaneamente à decomposição da burocracia sindical. Um setor mais jovem e mais culto, que não havia sofrido a influência direta do peronismo, representado pelo operário das industriais automobilísticas localizadas em Córdoba, começa então a despertar. Assim, duas tendências se delinearam no movimento sindical argentino: uma, chamada de "vandonista", queria participar de um pacto com os militares a fim de recuperar sua influência nacional. Esta tendência se encontrava sobretudo nas Federações dos setores mais tradicionais. A segunda partia dos operários das novas indústrias, adquirindo expressão no levante das massas operárias de Córdoba em 1969, o qual resultou na queda do general Onganía e acabou com as esperanças de um pacto militar-sindical. Esta última tendência representa um sindicalismo de base, pois se manifestou através das "comissões internas" e do "corpo de delegados", que deixavam de ser apêndices das diretorias dos sindicatos para converter-se em elos entre estas últimas e as assembleias. Entre 1970-1973 era "natural" assembleias operárias às vezes de 10 mil discutindo desde questões de trabalho até o socialismo. Porém este processo estava germinando, não era manifestação das grandes massas ainda. Perón, que no exílio acompanhara a tendência à radicalização observada no movimento operário tingindo seu nacionalismo com uma coloração "socialista", ainda era visto como a máxima liderança. E se os operários que ensaiavam aquela nova forma de sindicalismo ainda identificavam a implantação do socialismo como a culminação histórica do movimento peronista com Perón a frente, desde sua morte e finalmente com o golpe militar dos generais Videla e Viola estas ilusões começaram a desmanchar-se.

Chile

Diversamente do caso argentino, a orientação ideológica predominante no movimento operário chileno foi, desde o início, socialista. Em 1887 surgiu o primeiro partido socialista da América Latina, o Partido Social-Democrata do Chile. O Partido contava com substancial apoio das sociedades cooperativas e de ajuda mútua, principalmente nas áreas mineiras do salitre. Aquelas sociedades cooperativas e mutualistas eram sindicatos embrionários. O sindicato mais antigo, dos tipógrafos, existia desde 1853. Os maquinistas, foguistas e limpadores de ferrovias organizaram-se na Federação Santiago Watt em 1887. "Sociedades de resistência" surgiram na década de 1890 entre os trabalhadores do nitrato, na parte norte do país. Se até 1900 a força dos sindicatos repousava principalmente nos trabalhadores não-manuais, como seja dos serviços de transporte, a partir de então cresceu a influência dos mineiros. E em 1905 o proletariado chileno já encontrava forças para desencadear uma greve geral. Houve várias paralizações nos campos de nitrato, e o ano de 1907 será sempre lembrado devido a um brutal massacre dos mineiros ocorrido na cidade de Iquique.

Em 1909 foi estabelecido o primeiro grupo central sindical do país, a Grande Federação Operária do Chile, criada por iniciativa de um advogado conservador que estivera ligado ao sindicato dos ferroviários. A tentativa desse advogado utilizar esta Central em proveito de suas ambições políticas frustrou-se em 1912 quando Luís Emílio Recabarren, líder operário tipógrafo e membro do Partido Social-Democrata trouxe um impulso classista e esquerdista para o movimento sindical. Em 1917, o nome da central sindical passou a ser Federação Operária do Chile (FOCh), que centralizou de fato o movimento operário sindical. Já então Recabarren romperá com os social-democratas por achá-los conservadores demais e militava no Partido Socialista Operário.

O crescimento e a expansão do movimento sindical e as vitórias obtidas nas greves, tudo isto traria consequências na eleição presidencial de 1920. A maior parte do movimento operário apoiou entusiasticamente a Arturo Alessandri que defendera os dirigentes operários das minas do salitre e propunha uma legislação trabalhista. Alessandri, eleito por escassa maioria, olhava para o proletariado de uma maneira marcadamente paternalista. Com sua legislação trabalhista pretendia também exercer um certo controle sobre os sindicatos.

Comunistas e grupos minoritários de anarco-sindicalistas opuseram-se com violência a esta tentativa de controle sobre os sindicatos. Temiam, como ocorreu no Brasil alguns anos mais tarde, que o reconhecimento legal dos sindicatos implicasse num extensivo controle governamental sobre as organizações reconhecidas. Opunham-se aos poderes garantidos pela lei ao Governo no sentido de determinar a jurisdição sindical, supervisionar as eleições e finanças dos sindicatos, bem como todo o processo de negociação coletiva. A resistência operária aumentou durante o conturbado período de 1925-1927. Inúmeras greves no norte do Chile foram liquidadas com a intervenção de tropas do Exército. Nova situação foi criada com a renúncia de Alessandri e a tomada do Governo pelo Coronel Ibanez; sob a ditadura militar impõe os sindicatos "legais", com muitas prisões, perseguições, exílio e clandestinidade para os comunistas. Em 1931, porém, surgem

dificuldades que afetam a estabilidade do regime; a depressão mundial afetará muito a economia chilena, dada a grande dependência das exportações de minérios. A inabilidade do Coronel Ibanez em sustar os efeitos da crise provocaram a sua queda. Segue-se um período de extrema instabilidade, na qual se implanta por duas semanas apenas uma República Socialista. É no cadinho dessa efervescência revolucionária que se constitui o Partido Socialista. Por seu lado, os sindicatos já haviam estabelecido centrais sindicais; as divergências entre os sindicalistas diminuiriam bastante quando em 1935 os comunistas passaram a defender uma política de Frente Popular.

Apesar dos sindicatos precisarem do reconhecimento legal, dispuseram de uma grande liberdade de movimento. Devemos ter em mente que a maioria dos trabalhadores chilenos encontrava-se em médias e grandes empresas, e predominou sempre um sindicato de base industrial ou de empresa. Os fundos sindicais advêm sobretudo da distribuição dos lucros das empresas, que a lei havia fixado em 10%. Estes recursos são divididos proporcionalmente entre os operários e os sindicatos. Apenas 12% dos fundos sindicais vêm de quotas de sindicalizados. A outra parcela, em 30%, vêm de empréstimos. Como não existe legalmente a figura do funcionário sindical e as Federações Sindicais não recebem dinheiro das bases, sobrevivendo às custas dos Partidos, o controle que o Estado poderia exercer por meios administrativos e jurídicos foi muito reduzido.

O fato é que o proletariado chileno desde cedo desenvolveu-se como classe independente, não tendo feito transações com as classes dominantes em matéria de legislação social em troca do sacrifício de sua liberdade sindical. As experiências políticas, como a República Socialista e mais tarde a Frente Popular, quando houve uma grande expansão do movimento sindical, tudo isto levaria o proletariado a distinguir seus interesses dentro da sociedade burguesa. A conquista do poder político passou a ser um objetivo presente na consciência das massas trabalhadoras, ainda que acreditassem ser isto possível através de eleições. No Chile, em 1971, todas as facções de esquerda (exceção feita ao MIR) uniram-se para levar ao Governo o candidato da Unidade Popular, Salvador Allende. Embora nesse caso ainda se tratasse de uma reedição de experiências anteriores, como a da Frente Popular de 1938, desta vez os setores mais conscientes do proletariado compreendiam que estar no Governo não significava deter o poder político. O respeito da burguesia à legalidade foi até o ponto em que esta sentiu-se em condições de derrubar o Governo da Unidade Popular. Pouco antes do sangrento golpe do general Pinochet, a burguesia patrocinara um lock-out, parализando o abastecimento. A resposta da classe operária veio com a organização de Juntas de Abastecimento Popular, as "JAPS". Mas iniciativas como esta ficaram limitadas, pois os sindicatos promoviam apenas o apoio à política de nacionalização do governo da Unidade Popular sem despertar a classe para controle da produção. O ponto de vista que predominava era de primeiro vencer a crise econômica provocada pela burguesia e os monopólios imperialistas e depois pensar em revolução. Em setembro de 1973 uma Junta Militar liderada pelo general Pinochet desencadeou um golpe contra à classe operária e pôs um fim brutal às ilusões legalistas que ainda existiam. Os setores mais combativos da classe mobilizaram-se para a resistência, aproveitando-se dos já existentes "cordões industriais" em torno de Santiago, mas não puderam enfrentar com êxito canhões, tanques e aviões.

Bolívia

Quando falamos em proletariado boliviano, queremos referir-nos sobretudo aos mineiros de estanho e cobre, cujos sindicatos estão agrupados a nível nacional na Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB). Ao seu lado existem outros sindicatos de expressão menor, como o dos construtores, fabris, de transporte, ferroviários etc. A sua força só rivaliza com o peso que os camponeses têm na estrutura econômica e social do país. Todas as Federações Sindicais estão, por sua vez, agrupadas na Confederação Operária Boliviana, a COB.

A força dos sindicatos mineiros vem desde a Guerra do Chaco (1932-1935). Nesta guerra, de interesse das companhias petrolíferas americanas, a Bolívia foi derrotada pelo Paraguai. Para os militares mais jovens e para a massa popular, os culpados da derrota tinham sido os grupos latifundiários e os proprietários das minas, os "barões do estanho", uma vez que eles é que lucravam com a crise econômica provocada pela guerra. Sucederam-se agitações operárias em La Paz e nas regiões mineiras, e em maio de 1936 o Governo cai nas mãos de uma Junta Militar inspirada por ideias nazistas. Nas ruas de La Paz os operários armados mantinham a ordem pública com a anuência da Junta. Esta convidou os operários a participar do Governo, mas os representantes sindicais achavam que a classe não tinha maturidade suficiente e recusaram. Temiam ver-se convertidos em instrumentos dos políticos da classe dominante. A Junta, ao lado de uma série de nacionalizações, de uma legislação trabalhista e de colocar um tipógrafo na direção do recém-fundado Ministério do Trabalho, brindando assim uma "República Socialista" ao proletariado boliviano, quer introduzir um Sindicato "obrigatório". Mas esta tentativa de enquadrar o movimento sindical fracassa devido a oposição dos trabalhadores. Um Congresso de Trabalhadores foi o passo consequente assumido pela maioria dos sindicatos, resolvendo organizar uma Central Sindical, a Confederação Sindical dos Trabalhadores da Bolívia (CSTB).

Da catástrofe da Guerra do Chaco teve origem uma crise mais geral, que impulsionaria a movimentação das classes populares, movidas por um sentimento anti-imperialista muito forte. Os sucessivos governos que se seguem à Junta Militar de 1936 sempre renderão homenagem àquele sentimento, pois era uma condição de sua estabilidade. Porém a vanguarda do proletariado boliviano, os mineiros, darão ao sentimento anti-imperialista um caráter de classe cada vez mais radical e profundo. Havia passado também pela sua prova sangrenta, quando a grande greve dos mineiros de Catavi foi sufocada pelas Forças Armadas em 1942. Dois anos depois surgia a Federação dos Sindicatos Mineiros. Desde então cresceu o Movimento Nacionalista Revolucionário. Este Movimento, com base nas classes médias, atrai o movimento sindical para as suas fileiras graças à defesa dos interesses operários e à propaganda de uma "revolução nacional". O M.N.R. supera rapidamente o Partido de la Izquierda Revolucionária (de orientação estalinista). Existiam também grupos trotskistas, numerosos. São estas as forças políticas que em 1952 formam um Governo Revolucionário. Novamente os mineiros estiveram na frente da luta, pois foram eles que praticamente libertaram La Paz. Em fins de abril, fundaram a Confederação Operária Boliviana. Apesar da sua influência no movimento sindical, o M.N.R. combatia o "esquerdismo", não era uma organização política que lutava pelo socialismo.

Assim, pouco a pouco, o **M.N.R.** procura estabelecer um "alto" na experiência revolucionária. Consegue recompor o Exército destroçado durante a fase de luta pelo poder e cria uma base de apoio entre o campesinato, agora convertido em pequeno proprietário pela Reforma Agrária de Paz Estenssoro. Os operários começaram a se desiludir com o M.N.R., coisa que chega ao rompimento final em 1964. A história posterior registra a permanente instabilidade política da Bolívia. Os militares tentaram, sem êxito, acabar com a COB. Usaram o recurso da Organização Regional Interamericana do Trabalho (ORIT), organização sindical dirigida dos EUA que professava um "sindicalismo independente" Chamados pelos operários de "sindicatos amarelos" porque defendiam as empresas, não conseguiram porém implantar-se nas minas. Outra forma de controle tentada foi a criação de "coordenadores de base" que os administradores do Governo escolhiam e dirigiam, mas isto também não vingou. A falência dessas sucessivas tentativas de controlar o movimento operário e as pressões econômicas resultantes da dependência externa da Bolívia induziram alguns generais a estabelecer uma "trégua" entre burguesia e proletariado. Isto ocorreu com o Governo do general Torres. Mas com a volta da liberdade de associação, o proletariado levantou-se novamente para ensaiar a sua solução para a Bolívia. Em 1971, sob a anuência de Torres, a COB convocou uma Assembleia Popular, cuja tarefa proposta foi a de assumir a co-gestão na indústria mineira. É importante verificar a sua composição: 132 delegados operários, representando 8 sindicatos e 53 delegados da classe média, representando 24 sindicatos de empregados, técnicos, jornalistas etc. Participavam também, sem direito de delegação, 13 partidos e organizações políticas. A experiência foi novamente interrompida pelas Forças Armadas. O impasse não se resolveu, e ainda não está resolvido neste pequeno e pobre país que tem uma das classes operárias mais avançadas da América Latina.

Conclusões

O quadro que apresentamos não pretendeu ser exaustivo, a começar pelo fato de que nos limitamos a estudar apenas alguns casos onde o sindicalismo conheceu um maior desenvolvimento. Acreditamos que o estudo serve como contraponto para o caso brasileiro, que será analisado a seguir. Paradoxalmente a situação atual parece ter conferido ao sindicalismo brasileiro o papel de um verdadeiro "modelo" para as ditaduras militares vigentes na maioria dos países latino-americanos. A "descoberta" de que o sindicalismo criado por Vargas possa ser útil para liquidar as oposições operárias está sendo feita, por exemplo, na Argentina. Ali, os militares estão promovendo a reforma da Lei de Associação Profissional no espírito da CLT brasileira. Como estamos escrevendo um capítulo da História que está sendo feita, não sabemos se essas tentativas de enquadramento sindical terão êxito ou não. Isto dependerá da resistência operária em cada um dos países onde o "modelo brasileiro" está sendo tentado. E a resistência operária continua, mesmo nas piores condições.

A CRISE DO SINDICALISMO LIVRE

Vimos como a década de 20 caracterizou-se pelo profundo descenso do movimento operário, resultado em grande medida das derrotas das greves gerais do período da I Grande Guerra. A recuperação econômica que se seguiu e a incapacidade da velha liderança anarquista em ajudar os operários a desenvolver suas lutas num clima político adverso constituem outros fatores explicativos da prolongada apatia em que mergulhou o proletariado brasileiro nesse período. Parecia que a classe havia cedido a vez à pequena-burguesia radical que vestia a farda e se levantava em armas contra as classes dominantes. Na realidade, por baixo da aparente tranquilidade, o movimento prosseguia: uma lenta reorganização estava ocorrendo na vida sindical desde pelo menos 1925.

Líderes políticos vindos das classes médias, como Maurício de Lacerda, Azevedo Lima, Adolfo Bergamini, Irineu Machado, entre outros, lançam-se em campanhas em defesa dos interesses operários. Tornam-se advogados e deputados eleitos com o voto operário. Os comunistas, que perceberam a importância da luta parlamentar em período de relativa estabilidade do capitalismo, propuseram desde 1927 a política de frente proletária — que se organizou no Bloco Operário-Camponês —, conseguindo eleger deputados sob sua legenda. A atração do proletariado para as disputas políticas presidenciais ficava evidente sobretudo nas eleições de 1929. Nesses dois anos que separam o lançamento do Bloco Operário e o aparecimento da Aliança Liberal, as perseguições contra os ativistas operários e as organizações sindicais haviam voltado a opinião operária contra Washington Luiz e o sucessor que ele apresentava em nome dos interesses da burguesia do café. A preferência pela candidatura de Getúlio Vargas, da Aliança Liberal, fora possível porque a plataforma política falava abertamente na defesa das reivindicações dos trabalhadores, contava com o respaldo dos advogados e deputados de influência no meio operário e finalmente em função da crise em que se encontravam os comunistas naquele momento.

Muito embora Getúlio Vargas e os "tenentes", que optaram pela luta militar depois da derrota nas urnas a 1^o de Março de 1930, aguardassem a participação das massas na derrubada da burguesia do café, temiam que isto viesse a ocorrer sob uma liderança revolucionária. Na verdade, sua agitação política durante a fase anterior a 1^o de Março tinha objetivos puramente eleitoreiros, a ponto de Vargas modificar seus discursos de acordo com o grau de radicalização do público ouvinte. E quando militantes revolucionários se adiantaram à chegada das tropas aliancistas na Capital da República, esvaziando as prisões, retomando as sedes sindicais e desafiando a Junta Militar que depusera Washington Luís, viram-se logo ante a contingência de colaborar como "espiões" ou ir para a cadeia. Assim, tão logo se acomodaram no Palácio do Catete, os novos donos do poder começaram a perseguir o movimento operário independente. Ante a recusa em colaborar, a Ilha Grande enchia-se novamente de presos.

O programa trabalhista dos novos governantes parecia ser uma variante nacional do fascismo italiano. A preocupação básica era "evitar a luta de classes", procurando estabelecer formas de cooperação entre burguesia e proletariado. Já desde a fase eleitoral,

Vargas recebera auxílio de vários intelectuais, dentre os quais Joaquim Pimenta, ex-líder anarquista. No período que se segue veio a colaboração de um defensor do fascismo, Olbiano de Mello. O ponto de vista dos advogados se faz presente na Comissão do Instituto da Ordem dos advogados. O dos burgueses, diretamente na figura de um industrial falido, Jorge Street. É claro que daí resultaria uma "colcha de retalhos", o que não impedia unidade quanto ao fundamental — esmagar a resistência operária, controlando sua vida sindical.

Foi a esta tarefa que se entregou o primeiro Ministro do Trabalho, da Indústria e do Comércio (sim, um ministro da "colaboração de classes"), o Sr. Lindolfo Collor. E se entregou com tal falta de tato, que em breve angariou as mais profundas antipatias e ódios da classe operária. Desta primeira fase do Ministério do Trabalho, que termina com a queda de Lindolfo Collor em 1932, resultou entretanto o primeiro decreto de sindicalização obrigatória — o de nº 19.770, aperfeiçoado por outros que se sucederam em 1934 e 1939, bem como portarias e finalmente a CLT de 1943 consagrando todo o imenso arsenal legislativo que amarrou os sindicatos operários ao Estado burguês no Brasil.

Uma vez que o decreto-lei 19.770 foi a matriz de toda a elaboração legislativa em matéria sindical no Brasil, é importante analisar aqui alguns de seus aspectos:

- os sindicatos deviam ser reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, obrigando-se a apresentar relação de sócios, estatutos e atas dos trabalhos de instalação;
- os sindicatos estavam sujeitos à intervenção do Ministério em suas assembleias e na sua contabilidade;
- os sindicatos estavam proibidos de fazer propaganda política;
- os sindicatos deviam ser únicos em cada ramo profissional, sendo vetada a pluralidade sindical.

Doravante o sindicato deixaria de ser um organismo de direito civil, fundado de acordo com a livre vontade dos operários, para se transformar em uma entidade de direito público, isto é, precisava ser reconhecido pelo Estado e tal reconhecimento facultava ao Estado interferir na vida sindical da classe operária. O sindicalismo livre no Brasil existia desde que, em fins do século XIX, surgiram as primeiras associações de classe.

Em 1907, uma lei estabelecera que a fundação de associações profissionais era um direito que cabia aos interessados, sejam patrões ou trabalhadores, devendo apenas registrar os estatutos em cartório. Foi sob essa legislação que os sindicatos conheceram no Brasil um florescimento e um vigor impressionantes, a tal ponto que a repressão policial podia fechar as sedes mas não acabava com os sindicatos, porque, no dizer de um velho militante operário, o sindicato não era um prédio, o sindicato eram os "comitês de fábrica".

Mas desde 1930, esse capítulo da história do movimento operário parecia estar encerrado. Do seio da corrente amarela já vinha o apoio que os próprios governantes não esperavam tão prestimoso. Em 1931, o Ministro Lindolfo Collor recebia homenagens do Sindicato dos Comerciantes, e o chefe de polícia. Salgado Filho, também. Mas a maioria do movimento operário organizado era hostil à nova política. O próprio Lindolfo Collor fora publicamente desafiado pelos operários. A sua queda e a ascensão de Salgado Filho,

"habitado no tratamento direto com os operários", inicia uma segunda fase nas relações entre o Ministério do Trabalho e a classe.

A tática governamental consistia basicamente em subordinar os benefícios da legislação social à demanda de sindicatos reconhecidos de acordo com a lei 19.770. Com isso procurava "liquidar" o sindicalismo independente, que continuava resistindo, colocando-o fora da legalidade.

O governo de Vargas não se limitou a esperar que os sindicalistas se dobrassem ante suas exigências. Dispondo de uma equipe experiente, colocou em campo homens capazes de "criar" sindicatos — tarefa não muito difícil se considerarmos a desigualdade do nível de consciência e organização dos trabalhadores e o dispositivo legal que permite fundar sindicatos com apenas 1/3 dos empregados que exercessem a mesma profissão. A exigência de dispor de carteira profissional para se sindicalizar era um meio a mais nas mãos do Governo.

A repressão policial foi usada para aqueles que não colaborassem com o governo. Já em 1932, por ocasião da Guerra Civil Paulista, centenas de atividades sindicais haviam sido pressos em várias partes do país. Segundo Everardo Dias, um dos líderes sindicais da época, um acordo entre a Delegacia de Ordem Política e os empresários dava condições de eliminar a oposição operária, destacando agentes para as fábricas investidos dessa "missão especial".

O fim da Guerra Civil Paulista abre um período de grande movimentação política. Estava convocada uma Assembleia Nacional Constituinte para "decidir" os delineamentos do Estado brasileiro. Até então Vargas e o grupo palaciano (que representava com respaldo dos novos generais) governavam discricionariamente. A burguesia cobrava-lhe limites. A Constituinte deveria traçar esses limites.

O que resultou daí?

"A Constituição de 1934, que é um curioso compromisso entre as várias correntes ideológicas em choque no Brasil, depois da revolução de 1930, inspirando-se em tendências liberais, alterou radicalmente o espírito da organização sindical do Governo provisório. A unidade fez suceder a pluralidade sindical; ao regime de controle pelo Estado, o da autonomia dos sindicatos. De árbitro dos conflitos entre operários e patrões, o Governo passou a orientador e conselheiro" (José Maria Bello, *A questão social e a solução brasileira*).

A derrota de Vargas no texto da Constituição não o impedira de tirar proveito das Disposições Transitórias, através das quais decretou, ainda em julho de 1934, a lei de sindicalização nº 24.624, que anulava a autonomia e pluralidade sindical garantidas no artigo 120. Por outro lado, a imposição dos deputados classistas fora uma das formas de acelerar o enquadramento dos sindicatos ao Estado. Um balanço realizado pelo MTIC dá uma amostra dos êxitos obtidos:

SINDICATOS DE EMPREGADOS

Distrito Federal

| Nome | Data de instalação | Data de reconhecimento |
|---|--------------------|------------------------|
| União de Estivadores do RJ | 13-09-1903 | 04-06-31 |
| União dos Foguistas | 26-09-1903 | 29-04-33 |
| União dos Empregados em Hotéis, Restaurantes e Congéneres | 28-05-1931 | 14-12-31 |
| União dos Trabalhadores do Livro e Jornal | 11-01-1931 | 24-02-32 |
| União dos Alfaiates e Classes Anexas | 05-01-1932 | 05-04-33 |
| União dos Vidreiros e Classes Anexas | 22-05-1931 | 14-02-31 |
| União dos Trabalhadores Metallurgicos | 01-05-1917 | 21-06-33 |
| União dos Operários em Fábricas de Tecidos | 04-08-1917 | 11-04-34 |
| Sindicato dos Empregados da The Rio de Janeiro, Tramway Light And Power Comp. Limited e Companhias Associadas | 01-04-1932 | 29-03-35 |
| Sindicato dos Garçons do Rio de Janeiro | 07-08-1934 | 12-02-35 |

Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Contudo, apesar dos êxitos quanto ao enquadramento dos sindicatos, o Governo de Vargas ainda não exercia um controle sistemático da vida sindical. Um dos aspectos era a dependência que os sindicatos deviam às suas bases, tanto em termos organizativos como financeiros. Por outro lado, nas negociações com os patrões, a intervenção das Juntas de Conciliação não tinham poder obrigatório.

A solução do decreto-lei 24.694, de julho de 1934, estava limitada pelo revigoração político da burguesia cafeeira e também do movimento operário. Este manifestava-se em uma série de greves contra a alta do custo de vida e consequente rebaixamento dos salários que ocorria desde começos de 1934.

Foi apenas depois do fracassado levante comunista de novembro de 1935 que o Governo de Vargas conseguiu o completo controle sobre os sindicatos. Aquela data passou à História como o momento trágico em que a classe operária brasileira, na defensiva desde os primeiros momentos da ascensão de Vargas ao Governo, perde completamente sua independência sindical. Dezenas de sindicalistas são presos ou mortos. A Guarda Civil entrava nas fábricas e sequestrava operários, alguns dos quais nunca mais se teve notícias. Expulsões de sócios pelos membros pró-governamentais nos sindicatos davam cobertura

legal necessária, como aconteceu no sindicato União dos Operários Estivadores, na União dos Trabalhadores Metalúrgicos, entre outros do Rio de Janeiro. Com base na nova posição de força que o governo adquirira com o Estado de Guerra e a Comissão de Repressão ao Comunismo, preparou-se uma série de reuniões entre patrões e operários, que deveriam inaugurar as relações harmoniosas entre Capital e Trabalho.

Finalmente, com o golpe de 1937, consolidava-se definitivamente a subordinação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho. A Lei Sindical 1.402, de 1939, sistematizou toda a legislação anterior e criou a premissa para que os sindicatos viessem, doravante, a cumprir um papel assistencialista. Segundo a Lei, os empregadores ficavam obrigados a descontar, em folha de pagamento dos seus empregados, as contribuições por estes devidas aos sindicatos. Um ano depois o Governo decretava a lei que instituíu o Imposto Sindical: com os recursos desse imposto, os sindicatos poderiam, doravante, dispensar as contribuições voluntárias de seus associados e dedicar-se a funções meramente assistenciais. Isto evidentemente significava que o grau de representatividade dos sindicatos era muito baixo, o que levou o Governo a empreender, através da Comissão Técnica de Orientação Sindical, criada em 1943, campanhas de sindicalização.

Dessa forma, o governo conseguira, por fim, atrelar os sindicatos ao Estado. Não suporiam, entretanto, nem mesmo os sindicalistas mais pessimistas, que esta tutela pudesse ser preservada por tanto tempo e que, 40 anos depois ainda estivesse intacta, apesar das inúmeras alterações da conjuntura política do país.

BIBLIOGRAFIA

- BELLO, José Maria. *A Questão Social e a Solução Brasileira*. Rio de Janeiro, mimeo., 1936.
- CAMARGO, Aspásia. *A Revolução das Elites; Clivagens Regionais e Centralização Política*. Rio de Janeiro, mimeo., 1980. (Trabalho apresentado no Seminário sobre a Revolução de 1930 – 22 a 25 de setembro de 1980.)
- DIAS, Everardo. *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 2ªed., 1977.
- CARONE, Edgard. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo, DI FEL, 1974.
- BASBAUM, Leôncio. *Uma Vida em Seis Tempos*. São Paulo, Alfa-Omega, 1978.
- DULLES, J.W. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

ORIGENS DO SINDICATO NO BRASIL

A primeira etapa da formação da classe operária ocorre a partir dos últimos anos do século XIX. As grandes desigualdades internas de natureza sócio-econômicas, formas oligárquicas de dominação e um elevado grau de dependência econômica, política e social dos países capitalistas industrializados, marcavam de forma clara a fase de transição do capitalismo no Brasil.

Esta transição se realiza quando o capitalismo já é dominante em escala mundial, enfrentando, portanto, contradições novas, diferentes das contradições existentes na clássica transição feudalismo-capitalismo da Europa a partir do século XVII.

O eixo motor da transição brasileira residia na economia cafeeira. A transição se realiza a partir do desenvolvimento da crise da economia do café, pois é ela o principal centro de acumulação de capital no Brasil. E na região do café que o desenvolvimento das relações capitalistas é mais acelerado e é aí que se encontra a maior parte da indústria e da classe operária nascente.

A libertação dos escravos e sua substituição pelo trabalhador assalariado constituiu o pressuposto interno do processo de industrialização no Brasil, tendo como base a agricultura cafeeira.

Este ponto é chave para entendermos com clareza como se deu a formação da classe operária e como esta organizava seu movimento.

Na segunda metade do século XIX, o comércio mundial cresceu num ritmo nunca visto. Este crescimento exerceu uma grande influência sobre a economia dos países onde o desenvolvimento capitalista era fraco. Ela criou condições favoráveis a esse desenvolvimento. No Brasil, essas condições foram especialmente favoráveis. As cotações internacionais do café apresentam-se em alta a partir dos anos 50. O aparecimento de navios a vapor no Atlântico-Sul deu um novo impulso ao comércio de longas distâncias. A produção do café desenvolveu-se ao longo da primeira metade do século XIX até tornar-se, na década de 1840, o primeiro produto de exportação. Na década de 1860, já existe no Brasil uma classe de capitalistas comerciais bastante rica para aproveitar-se das condições favoráveis do mercado internacional.

Era necessário expandir os "negócios do café". No entanto, as possibilidades de expansão sobre a base do trabalho escravo eram muito limitadas. Após a independência de 1822, a Grã-Bretanha exigiu que o governo brasileiro interditasse o tráfico de escravos, mas é só em 1851 que a interdição torna-se efetiva. Sendo que só em 1888 a escravidão será totalmente proibida em todo o território nacional.

Como encontrar a força de trabalho necessária à rápida expansão das plantações? As possibilidades de encontrar a força de trabalho no Brasil eram reduzidas. Onde a produção não estava apoiada no trabalho escravo em geral no interior do país, predominava um sistema que retinha o trabalhador à terra. Esses "camponeses" não eram proprietários da terra e viviam pobremente. No entanto, permaneciam ligados ao latifúndio porque este lhe assegurava a subsistência. Nas regiões meridionais do país, atingidas pela imigração de

origem europeia estimulada após 1882, existiam os pequenos proprietários. Estes no entanto não eram numerosos e viviam praticamente da auto-subsistência.

Outro dado importante refere-se aos escravos libertados. A abolição da escravatura foi progressiva, no entanto os antigos escravos não constituíam um mercado de trabalho. A isso se levanta algumas questões, a passagem de ex-escravo para trabalhador assalariado não é mecânica. Não basta que o trabalhador seja livre e despossuído dos meios de produção, é necessário que o trabalhador esteja "disposto" a vender sua força de trabalho, é preciso que ele tenha uma ideologia determinada. Nesta época no Brasil, havia possibilidade dele viver da auto-subsistência ou integrar-se a formas pré-capitalistas de produção. Mesmo os ex-escravos que estavam nas cidades mais desenvolvidas resistiam muito em se submeterem à disciplina capitalista.

Não havendo portanto possibilidade de recorrer a esses trabalhadores, a imigração é vista como único modo de obter a força de trabalho necessária à expansão.

As primeiras experiências imigratórias (1850) foram realizadas através de financiamento do Estado. O imigrante, entretanto, comprometia-se a reembolsar o fazendeiro com o seu trabalho. Esse sistema conduziu o trabalhador a uma situação próxima à da escravidão. Quando tal sistema ficou conhecido na Europa, a imigração foi entravada. Passaram-se mais de dez anos quando foi tentada uma nova experiência. Desta vez todas as despesas relativas à imigração eram pagas pelo fazendeiro e criou-se um organismo encarregado de dirigir a imigração. A partir dos anos 80, a imigração tornou-se massiva; com ela o trabalho escravo cedeu lugar ao trabalho assalariado nas plantações de café.

O trabalho nas plantações era realizado nas piores condições e havia proibição absoluta do direito de associação. Em função desta realidade, os trabalhadores abandonavam voluntariamente as plantações (ao fim de seus contratos de trabalho, geralmente de um ano), para procurar uma situação melhor — ou em novas plantações, nas cidades, em outros países da América Latina, ou mesmo retornavam para a Europa. Essas saídas são importantes sobretudo a partir das crises de superprodução do café no começo do século XX.

A nós interessa estudar esses imigrantes que vão para a cidade, e se integram nas indústrias nascentes. Não cabe aqui desenvolver as razões e contradições que permitiram o surgimento da indústria no Brasil, mas é importante assinalar dois pontos:

- a indústria desde o começo, tende a concentrar-se na região do café, Rio de Janeiro, Minas Gerais e principalmente São Paulo.
- o trabalho assalariado agora implantado amplamente, as estradas de ferro, os bancos, o grande comércio de importação e exportação e uma certa mecanização ao nível das operações de beneficiamento do café, são transformações que fazem da economia cafeeira o centro de uma rápida acumulação de capital. A indústria no Brasil nasce como parte integrante dessa acumulação. Não podemos, portanto, considerar café e indústria como elementos opostos e contraditórios.

A massa de trabalhadores imigrantes que vêm para o Brasil a partir dos anos 80

representa um mercado consumidor para a nascente indústria, mas representa, antes de tudo, a formação do mercado de trabalho. Esse aspecto é essencial na compreensão dos laços que unem indústria nascente e economia cafeeira.

O desenvolvimento da economia capitalista de exportação gerou diretamente as condições para que se constituísse um núcleo de trabalhadores no setor de serviços e indiretamente, possibilitou o surgimento do proletariado fabril.

A medida que o capitalismo avançava (economia de exportação), colocava-se o problema do escoamento das mercadorias para os portos, a baixo custo e em larga escala. Foram sendo criadas vias férreas que se implantaram como um elo entre regiões produtoras e centros exportadores. O Rio de Janeiro concentrou todo o movimento comercial da região cafeeira do Vale do Paraíba, o leste fluminense e mineiro. Em São Paulo, a construção da estrada de ferro Santos-Jundiaí representou a ruína dos pequenos portos e a consolidação de Santos como o grande porto. As docas de Santos reuniram o primeiro grupo importante de trabalhadores de todo o Estado. Suas lutas se iniciaram em fins do século e permaneceram constantes ao longo dos anos.

Com relação às indústrias, elas vão nascer, como já vimos, nas regiões do café. Como se sabe, o papel desempenhado pelos imigrantes no primeiro surto industrial foi muito importante.

O núcleo estrutural da economia residia no campo, era ele o eixo motor do desenvolvimento. No entanto, o conflito social concentrou-se nos setores secundários e de serviços. Isso não significa que o campo fosse palco de relações harmônicas entre trabalhadores e fazendeiros. No campo surgiram vários movimentos importantes, no entanto as condições específicas do meio rural dificultaram muito a organização dos trabalhadores e a eclosão de greves. A cidade, por sua vez, reuniu os requisitos mínimos para o surgimento de um movimento operário; a concentração dos trabalhadores, um quadro objetivo de exploração e a presença de ideólogos revolucionários vindos principalmente da Itália e Espanha como imigrantes.

Do fim do século XIX até o início dos anos vinte, três correntes tiveram influência no movimento operário: o anarquismo, o socialismo reformista e o trabalhismo. Essas duas últimas, mesmo possuindo programas distintos, na prática muitas vezes atuaram de forma semelhante.

O trabalhismo foi mais expressivo no Rio de Janeiro. Isso se deve a uma estrutura social diversificada, grande presença de uma "classe média" — profissionais liberais e burocratas, maior presença de trabalhadores brasileiros e, portanto, sem história de luta e, finalmente, devido a um núcleo estatal de serviço —, navegação e ferrovias. Este último ponto é importante pois sendo um grande número de trabalhadores das empresas estatais, brasileiros e eleitores, houve um grande incentivo à formação de partidos com fins eleitorais. São inúmeros os "Partidos Operários" surgidos no início do século, a maioria organizados por políticos ou militares. Esses partidos em geral viviam pouco tempo e a tônica de seus programas era o da colaboração de classes.

"A história do socialismo foi a história de um pequeno círculo com escassa

penetração nos meios populares". No entanto, nos últimos anos do século XIX, os sinais da atividade socialista em São Paulo eram mais visíveis do que os do anarquismo. O grupo dos organizadores era constituído de elementos da "classe média" intelectual e de alguns gráficos. A categoria dos gráficos foi, aliás, a única em que os socialistas tiveram alguma influência em São Paulo. À nível de programa, os socialistas colocavam da importância de atuar na esfera política, da formação de um partido e da necessidade de estabelecer um programa mínimo democrático.

No curso dos anos, o anarquismo se converteria na principal corrente organizatória do movimento operário, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, porém, mais no segundo do que no primeiro. Uma possível explicação desse ascenso foi colocada por Boris Fausto — "A recusa à luta política e o implícito economismo, tinham particular atração sobre a massa de imigrantes, chegados à nova terra em busca de ascensão social e não de um mundo político estranho. Frustradas as primeiras expectativas, defrontavam-se com o Estado — inimigo longínquo que um dia seria necessário suprimir. Sem muita sofisticação, o anarquismo corporificava este sentimento e lhe dava um conteúdo de luta, pela via da organização de sindicatos e da greve geral revolucionária".

Numa tentativa de delimitar as grandes linhas ideológicas do anarquismo, George Woodcock escreveu — "O anarquismo pode ser tratado como um sistema de pensamento social visando as modificações fundamentais na estrutura da sociedade com o objetivo de substituir a autoridade do Estado por alguma forma de cooperação não governamental entre os indivíduos livres. Este objetivo — que pressupõe a supressão do capitalismo — deve ser alcançado pela via da ação direta, limitado ao terreno econômico e ideológico, com recusa da luta política".

A partir desse tronco comum se distinguem o mutualismo proudhoniano, o anarco-coletivismo, o anarco-comunismo e o anarco-sindicalismo. Será o anarco-sindicalismo, nascido nos anos 90 a partir das organizações francesas, que dará ênfase ao papel do sindicato não só como órgão de luta mas como núcleo básico da sociedade futura, que se tornará a tendência predominante nos círculos libertários brasileiros.

Nas condições brasileiras de princípio do século, trata-se sobretudo de criar o sindicato. E ele o único órgão capaz de agrupar, de solidarizar os operários conscientes, com base em seus interesses econômico comuns. No plano dos princípios, o anarco-sindicalismo brasileiro definia o sindicato como órgão de luta, que recusa funções assistenciais, em contraposição às associações mutualistas. "A verdadeira força do sindicato repousa na solidariedade e não nos recursos materiais". O grande marco do crescimento do sindicato, será o I^o Congresso Operário de 1906, realizado no Rio de Janeiro, que terá como proposta vitoriosa a organização dos trabalhadores em sociedades de resistência, e "para melhor sintetizar seu objetivo" as associações adotam o nome de sindicato.

Os imigrantes anarquistas não introduziram na estrutura do sindicato emergente padrões corporativos, não criaram associações controladas por mestres, preservando privilégios corporativos, nem dentro deles estabeleceram distinções entre operários, segundo o grau de qualificação profissional. Desde o início, formaram associações de assalariados,

excetuando mestres ou pessoas que ocupassem no processo de produção posição de controle. O I^o Congresso Operário assim recomendava — "Considerando que os mestres e contramestres são, pelo lugar que ocupam, os verdadeiros representantes dos patrões... entendemos que estes devem ser excluídos dos sindicatos".

Tentaremos aqui levantar os vários tipos de associações que existiram do final do século passado até a década de vinte.

Sociedade Operária de Socorro Mútuo

De um modo geral, se propunham a realizar programas assistenciais que incluía serviços médicos, farmacêuticos e auxílio em caso de enfermidade, desemprego, invalidez e funerais.

As primeiras mutuais datam de 1872/3, formadas respectivamente por membros da colônia alemã, artífices gráficos e assalariados de diversas categorias profissionais. Nem todas especificavam em seu título restrições quanto à origem étnica, categoria social ou credo religioso para admissão em seus quadros. É sabido que de algumas, participaram assalariados de diversas profissões. Contam-se entre 1872/1929, 25 mutuais constituídas por trabalhadores de diversas categorias e empregos públicos.

Quanto à articulação entre elas, houve uma tentativa frustrada de criar uma Federação das Sociedades de Socorro Mútuo de SP em 1899.

As mutuais contribuíram para o surgimento do movimento operário de um modo geral, mas não deram origem ao sindicato. Do total das sociedades existentes em SP, apenas quatro precederam ao surgimento das ligas operárias.

Caixas Beneficientes de Empresas

Estas constituíram outra espécie de associação mutuária. Adotada por alguns dos maiores estabelecimentos industriais e pelas ferrovias, não eram geralmente associações voluntárias. A iniciativa de fundá-las era dos patrões sendo mantidas por descontos compulsórios nos salários e por multas aplicadas aos trabalhadores.

Ligas Operárias

É possível que as primeiras ligas operárias tivessem incluído a assistência social entre as suas finalidades, mas a maioria tinha como objetivo a defesa dos interesses imediatos e comuns a todos os trabalhadores. Formadas sempre por trabalhadores de diversas categorias e indústrias, visavam melhorar as condições de trabalho e incrementar a solidariedade de classe.

Sociedade de Resistência

Surgidas nos centros ou ligas operárias, aparecem como núcleos mais homogêneos,

com atividade mais combativa e ao se desenvolverem fundam pelo país "filiais" diretamente ligadas à central estabelecida na grande cidade.

Ao lado das sociedades de resistência, existiam uniões autônomas mais ou menos beneficentes, ora apoiando greves, ora fazendo manifestações políticas.

Os anarquistas combatiam as associações mútuas e cooperativas assim como a inclusão do mutualismo entre as finalidades do sindicato. Até à I Guerra Mundial, combateram constantemente as mútuas e em especial as organizadas pelo patronato e pela Igreja, através da imprensa e atuação nas Ligas Operárias. Para eles, essas formas de associação faziam parte das técnicas sociais de conformação dos trabalhadores à sociedade de classes. Esta posição foi consubstanciada pelo I Congresso Operário e reafirmadas nos dois subsequentes, em 1913 e 1920.

Câmara ou Bolsa de Trabalho

Esta constituía uma forma associativa paralela ao sindicato, elaborada pelo movimento anarquista e aceita pelos socialistas, tinha um variado programa de atividade social. Formada por representantes sindicais, incluía entre outros, serviços de pesquisa de mercado de trabalho, de colocação de mão de obra, ensino geral e profissional e grupos de estudo sobre condições de trabalho. Os socialistas acrescentavam-lhe finalidade mútua, estudo de projetos de legislação trabalhista e ajustamento salarial. A primeira tentativa de sua criação data de 1901. A Câmara de Trabalho não se constituiu conforme modelo original devido a questões econômicas e à falta de quadros, porém, teve uma certa influência na organização de setores sindicais. Há notícias de que um ou outro sindicato assumia atribuições de bolsa de trabalho, constituindo internamente um departamento para esse fim.

Segundo Azis Simão, existiram diversos tipos de sindicatos; a isso se deve uma série de circunstâncias tais como características demográficas do grupo profissional e da capacidade agremiativa do proletariado.

Segundo uma classificação econômica, deixando de lado uma preocupação cronológica, o referido autor reuniu em três grupos as variadas associações encontradas em SP. Embora, o autor levante dados principalmente do Estado de SP, consideramos seu trabalho uma contribuição importante ao estudo nesta área.

Sindicato Profissionalmente Indiferenciado

Constituiu uma das primeiras formas associativas. Reunia trabalhadores de todo e qualquer ofício. Apareceu algumas vezes com seu quadro social explicitamente restrito a trabalhadores de um dado grupo étnico, como por exemplo o Círculo Operário Italiano fundado no fim do século passado. Dentro desse tipo podemos incluir também o sindicato de localidade que reunia operários residentes numa mesma região sem outras restrições explícitas.

Sindicato Profissionalmente Diferenciado

A maior parte dos sindicatos desse tipo localizava-se na capital de São Paulo, sendo poucos em cidades menores. Este geralmente conviviam ao lado de associações profissionalmente indiferenciadas.

Dentro desse tipo, encontramos o **sindicato de ofício**, que em SP apareceu no final do século passado e foi o que contou com o maior número de participantes do período. Os primeiros foram criados por gráficos, chapeleiros, sapateiros, metalúrgicos, trabalhadores em madeira e ourives.

Podemos levantar aqui também o que Simão denomina de **sindicato profissionalmente articulado** ou que conhecemos por sindicato de indústria. Este tipo agregava operários ocupados em vários ofícios mas, o critério para sua reunião ficava subordinado ao princípio de articulação das atividades no plano da empresa ou do setor econômico. Os associados se definiam não mais pelas ocupações específicas, e sim, pelo quadro da organização técnica do trabalho em que se incluíam. Este tipo de associação apresentava, portanto, padrões organizatórios mais complexos.

Os ferroviários procuram desde cedo construir associações desse tipo, agrupando por exemplo pessoal do tráfego, das oficinas, dos serviços de conservação e de cargas. Assim, como os trabalhadores da indústria têxtil, da construção civil e das empresas de energia elétrica e transportes da capital.

Com relação ao crescimento do sindicato nos quadros do movimento operário, sabe-se que eram associações muito instáveis; no entanto, esta questão ainda foi pouco estudada, sendo os dados levantados insuficientes para tirarmos conclusões mais sólidas.

Sabe-se, porém, que algumas categorias tiveram uma vida sindical mais contínua, pois aparecem com mais constância nos registros. Estão neste caso os gráficos, têxteis, sapateiros, chapeleiros, várias categorias da construção civil e ferroviários.

A diversidade das características dos quadros associativos não determinou diferenças substanciais na constituição interna das associações. Além dos órgãos legislativos, executivos e fiscais, instituíam-se outros, segundo as possibilidades da associação, eram eles relativos à propaganda sindical, educação, atividades nas empresas e tarefas durante os conflitos de trabalho. Nenhuma das funções na associação eram exercidas remuneradamente, nem se instalaram neles em qualquer momento quadros de funcionários permanentes. A isso deve-se a forte influência anarquista, verificada no movimento operário desta época. Outra norma organizatória importante consistia em instituir representantes sindicais nos locais de trabalho. Mas, a possibilidade de instituí-lo dependia da correlação de forças de cada momento do movimento.

Com relação à articulação dos sindicatos, esta se fez de forma que se incluisse todas as espécies de associações. Tendo isso em vista, criaram-se federações operárias regionais e mesmo a Confederação Operária Brasileira, que reuniu diversas espécies de sindicatos.

As condições econômicas e sociais em que surgiram as associações, propiciaram a

existência de mais de um sindicato num mesmo âmbito, seja étnico, profissional ou territorial. Tratou-se de uma pluralidade decorrente de situações socialmente dadas e não de divergências ideológicas. O número, o relativo isolamento e a instabilidade das associações não suportavam mais do que um sistema fluido de relações inter-sindicais e normas de difuso controle associativo. De outro lado, permitiam representação direta das associações, independentemente de seus tipos e graus nos órgãos federativos, bem como o exercício do chamado controle "da base para o vértice".

Os modelos associativos trazidos da Europa foram aqui alterados e adaptados desde o seu surgimento. No entanto, não se desconheceu a experiência sindical europeia. Neste sentido, considerando a experiência europeia e a experiência adquirida pelo movimento sindical brasileiro, o III Congresso Operário Brasileiro (1920) — com participação maioritariamente anarquista — declarava a sua preferência pelo sindicato profissionalmente articulado, por ser mais eficaz nos quadros do desenvolvimento capitalista daquele época.

Sem dúvida, a preferência por este tipo de sindicato, o de indústria como é mais conhecido, representou um relativo avanço para a organização operária, na medida em que permitia uma maior unificação de suas lutas. Representava uma reunião a longo prazo, por questões principais que tocam o operariado enquanto classe, secundarizando questões tocantes a cada ofício. A década de 20 — após as importantes greves de 17, 18 e 19 — representou um grande descenso do movimento sindical. Estava sendo colocado em cheque as possibilidades de avanço de um movimento estruturado basicamente na prática anarco-sindicalista. Apesar desta apontar durante o seu processo para questões específicas e importantes tal como a ligação do aumento salarial com o custo de vida ou propor acabar com o trabalho "por obra" ou por tarefa — típico de um desenvolvimento capitalista incipiente. O anarco-sindicalismo estruturava-se de forma que emperrava o crescimento do movimento. Seus princípios de autonomia, pluralidade e difusionismo tornavam a luta, dentro desta realidade específica, limitada.

É neste período que o confronto entre as ideias anarquistas e comunistas (estes recebendo grande influência do bolchevismo russo), se dá de forma acentuada. O surgimento do primeiro grupo comunista se dá em 1921 após várias reuniões, tendo Astorjildo Pereira como uma importante liderança.

Com o surgimento do Partido Comunista (22), o movimento operário toma novos rumos. Esta nova orientação ideológica representava um avanço para o movimento operário na medida em que tornava sua luta mais orgânica: sindicato e trabalho político, luta política. Abre-se porém uma discussão profunda a respeito da autonomia do sindicato com relação ao Partido e a respeito da liberdade sindical (e de organização) com relação ao Estado. Este, já no final da década de 20, prepara sua legislação opressora que culmina em 39, com a total subordinação dos sindicatos ao Estado.

BIBLIOGRAFIA

FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo Difel, 1977.

SI LVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

DULLES, John W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1973.

RODRIGUES, Edgar. *Nacionalismo e Cultura Social*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1972.

RODRIGUES, Edgar. *Trabalho e Conflito* (Pesquisa histórica - 1900 a 1935). Rio de Janeiro, Ed. Arte Moderna, s/d.

RODRIGUES, Edgar. *Socialismo e Sindicalismo no Brasil - 1875 a 1913*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1969.

O SINDICALISMO E A REDEMOCRATIZAÇÃO DO PÓS-GUERRA

A história do movimento sindical brasileiro, assim como a história dos nossos movimentos sociais, tem no período 1945-47 uma de suas etapas decisivas, seja nos avanços, seja nos recuos, tendo em vista o que fora até então e o que viria a ser, pelo menos até o golpe de abril de 1964. Ora, vencido o nazismo em plano internacional, em 1945, o operariado brasileiro vê passar por ele a questão da redemocratização do país, conduzida pela burguesia, que, em relação ao trabalhador da cidade, soube explorar politicamente o fato de não existir, desde os anos 30, uma estrutura sindical independente. Por outro lado, conforme já foi anotado por vários analistas, o próprio operariado — finda a ditadura Vargas — encontrava-se desarticulado, pior ainda, esquecido de sua história: uma história marcada por expressivas lutas e significativas vitórias.

A conjuntura desse período compreende também, no bojo da redemocratização política mencionada, a legalização, o crescimento e, como indício mais evidente da "guerra fria" entre os Estados Unidos e a União Soviética, a cassação do registro do PCB. Cabe aqui apontar a relação existente entre o PCB e o movimento sindical, uma relação que sempre foi difícil. Sabendo-se que o controle dos sindicatos pelo Estado reafirmava-se na Constituição de 1946, "necessário para o encaminhamento da política de frente nacional, que fazia dos trabalhadores uma fração de apoio à burguesia nacional" (1), é preciso ver com atenção como vai se dar a política de colaboração de classes, uma política danosa — em qualquer época — para as reais aspirações sociais, econômicas, políticas e culturais do proletariado, quando se tem em mira a luta maior pela derrubada da ditadura da burguesia.

Igualmente, é preciso ver com atenção como a colaboração de classes, em nome de uma "união nacional", entrava não só o nosso movimento sindical, mas também o movimento político e social de forma mais abrangente. Haja vista o caso da "redemocratização" em si, que passa pela questão da Constituinte.

Uma Prática Colaboracionista

Esta política fundada na colaboração de classes, contraditoriamente, firma-se com o crescimento do PC, de forte marcação ideológica pequeno-burguesa desde o início dos anos 30 e, sobretudo, a partir de seu ressurgimento em 1943. Decerto, o papel desempenhado por Luís Carlos Prestes no PC foi, neste sentido, fundamental, mas não caímos no erro grosseiro de responsabilizá-lo por todas as insuficiências táticas e estratégicas do PC. O projeto político de então apoiava-se numa "frente única" entre a esquerda oficial e uma burguesia dita nacional e/ou progressista, estabelecendo alianças que só poderiam reforçar o reformismo, considerando-se também a estratégia internacional adotada pela União Soviética antes da "guerra fria" (em 1947).

Esta prática colaboracionista leva a esquerda "a adotar e emaranhar-se na política de massas. E torna-se um dos principais elementos da democracia populista" (2). Sem poder "transformar a **política de massas em luta de classes**" (3), a esquerda brasileira viveria mais um de seus dilemas históricos. Consultemos os documentos da época e

verificaremos como o colaboracionismo de classes estava na raiz de todos os dilemas. Em **Os problemas atuais da democracia**, datado de maio de 1944, Prestes dirá:

... aos comunistas numa palavra, o que convém é a consolidação definitiva das conquistas democráticas sob um regime republicano, progressista e popular.

Ora, uma tal república, para que possa ser instituída sem maiores choques e lutas, dentro da ordem e da lei, não poderá ser de forma alguma uma república soviética, isto é, socialista, mas capitalista, resultante da ação comum de todas as classes sociais, democráticas e progressistas, desde o proletariado até a grande burguesia nacional, com a só exceção de seus elementos mais reacionários, numericamente insignificantes.

... Aliás, os comunistas do Brasil sempre lutaram pela revolução democrático-burguesa, como é fácil verificar pelos seus documentos mais autorizados. (4)

Por mais que se entenda a conjuntura da época no sentido de abranger a luta contra o nazi-fascismo, as palavras supracitadas apenas reforçam a tese do colaboracionismo de classes, que iria se refletir - mais tarde - no apoio dado à Constituinte, inclusive numa "Constituinte com Getúlio", como se uma Constituinte, no panorama geral da sociedade capitalista, não servisse apenas para legitimar o governo da burguesia... Assim o foi em 1946, assim o seria agora.

Sem dúvida, o apoio do PC à Constituinte fez parte de uma política global de colaboracionismo com a burguesia. A perspectiva revolucionária de seus integrantes, lamentavelmente, quase sempre foi equivocada.

O MUT — Movimento de Unificação dos Trabalhadores

Temos, então, que o sempre citado "atraso" do trabalhador brasileiro não pode ser visto como algo desligado da realidade econômica, política e social do país. Este "atraso" não se dá fora das intervenções políticas do PC ou dos sindicatos controlados pelos comunistas cujo sentido de combatividade estava diluído numa teoria e numa prática equivocadas.

Veja-se, no período em pauta, o que representou o MUT — Movimento de Unificação dos Trabalhadores, fundado em abril de 1945. De um programa consequente em suas propostas básicas (incluindo: "1. Soberania das assembleias, ou seja, eliminação do representante obrigatório do Ministério do Trabalho; 2. Eleição e posse dos eleitos sem depender da aprovação do ministério; 3. Autonomia administrativa, ou seja, eliminação dos controles do Estado sobre a aplicação dos fundos dos sindicatos; 4. Eliminação da padronização dos estatutos dos sindicatos")(5), que marca o início da ofensiva do Partido Comunista junto aos sindicatos" (6), passamos a ter uma prática — do MUT e do PC — de entrave ou desestímulo aos diversos movimentos grevistas de então.

Concretamente, e isto já foi observado por diversos estudiosos, a política de conter as greves não encontrava suporte social e muito menos político ao nível da prática levada a cabo pelos trabalhadores. Os namoricos com a burguesia dita nacional e com o próprio

sistema governamental, de Vargas a Dutra, entravavam uma possível prática revolucionária (do MUT e do PC) e embotavam as suas avaliações políticas conjunturais. O "atraso" do operário, pois, refletiria a sua história, a história do movimento sindical do período Vargas e pós-Vargas, a história da sociedade como um todo e, no seu interior, a história da esquerda brasileira.

O movimento sindical — que passaria de 474.943 sindicalizados em 1945 a 797.691 em 1946 —, impulsionado pelos ventos da "abertura", mas a partir de suas pressões próprias, adquire importância política e social através das greves dos metalúrgicos de São Paulo, dos têxteis de São Paulo e de outras cidades, dos portuários de Santos, dos ferroviários do interior paulista, dos trabalhadores na construção civil de São Vicente, Santos e Guarujá etc, quando, inclusive, tivemos algumas delas organizadas por Comissões de Fábrica.

Em janeiro e fevereiro de 1946, eclodiram mais de 60 greves em todo o país, sem que a repressão se fizesse notar de maneira aberta. Aliás, a fundação do MUT, no ano anterior, era a resposta do PC ao "sinal verde para uma liberalização relativa do sindicalismo" (Ricardo Maranhão). Estas greves, muitas delas "espontâneas", não se deram por acaso, é evidente. A par dos problemas de ordem política, havia a questão econômica.

O processo inflacionário desencadeado durante a segunda guerra era uma realidade ligada, por sua vez, ao processo de industrialização conhecido por "substituição de importações", que resultaria na expansão do setor industrial. Ora, esta expansão só tinha a lucrar com o processo inflacionário em curso, já que terminava por facilitar, por exemplo, a transferência de renda do setor agrário-exportador para o setor industrial, através da fixação da taxa cambial e do aumento constante de preços internos(7).

A Redemocratização e a Atuação Sindical

Decerto que o "sinal verde para uma liberação relativa do sindicalismo" atendia ao projeto político de redemocratização do país, tendo em vista o momento histórico. Também aqui temos uma redemocratização "lenta, segura e gradual" (embora com outros ingredientes sociais, políticos e militares), cujos efeitos práticos para a classe operária e o trabalhador em geral são conhecidos por todos nós: a aliança com a burguesia (progressista ou não), em última análise, interessa sobretudo à própria burguesia.

Poderíamos mesmo, recorrendo à História do país, reportarmo-nos a 1942, quando o Brasil entrou na guerra contra o nazi-fascismo. Tratava-se de colocar na cena política então vigente o problema da institucionalização do regime varguista, tendo em mira, inclusive, que naquele ano, de acordo com a própria Constituição, deveria terminar o mandato de Vargas à frente do governo. Neste quadro, e com o vitória dos aliados descortinando-se na Europa e no Pacífico, o chamado Manifesto dos Mineiros, em 1943, não passava de simples jogada política liberalóide diante da ditadura de Vargas.

O papel dos comunistas, neste momento, interessa-nos na medida em que se relaciona com a atuação sindical. O PC apoiaria Vargas propondo, junto com os

"queremistas", em agosto de 1945, uma "Constituinte com Getúlio", fato esse já assinalado. A aliança entre o PCB e Vargas (só admitida por este como último recurso) deve ser vista numa confluência de interesses políticos que privilegiavam, de um lado, a legalização do PC e, do outro, o apoio ao ditador em crescentes dificuldades.

Os erros dos comunistas brasileiros, com reflexos no movimento sindical, já começam aí. Ou melhor, e não por simples coincidência, começam em 1942, quando Prestes declararia ao jornal argentino *La Razón*: "... o povo brasileiro volta-se para o Sr. Getúlio Vargas na esperança de que o antigo chefe do movimento popular de 1930 queira guiá-lo sem vacilações na luta de morte contra a barbárie fascista" (8). Na verdade, trata-se de uma visão demasiadamente simplista.

Por outro lado, o apoio dos comunistas era bastante incômodo para Vargas, mesmo levando em conta a prática colaboracionista dos primeiros. Vargas só aceitaria o apoio, com relutância, quando a redemocratização passaria a ter forma concreta, no decorrer de 1945, vislumbrando-se a possibilidade de manter os sindicatos atrelados ao aparelho do Estado, a partir de uma política trabalhista falsamente avançada, com o beneplácito discreto dos comunistas. Pode-se dizer que as raízes do populismo ao nível do sindicalismo encontram-se firmados nesta correlação de forças (e interesses), passando pelos labirintos sociais e culturais que forjavam uma nascente sociedade urbana de massas, onde a comunicação de massa — através do rádio e do cinema — já era uma realidade viva.

As Greves e os Movimentos Sociais

Dissemos que em 1945, até princípios de 46, o PC e, por extensão, o MUT entravavam ou desestimulavam os diversos movimentos grevistas: com Vargas, para atender a uma política que beneficiasse o PC e uma hipotética "frente ampla"; sem Vargas, para que o governo e, mais ainda, os empresários confiassem nos objetivos democráticos dos comunistas a favor da "união nacional". Sob a alegação de que "nosso partido deve dirigir e não se deixar levar pelo movimento espontâneo das grandes massas" (Prestes, em agosto de 1945), o que se fazia era contribuir para o "famoso" atraso do movimento operário brasileiro, na medida em que não se tinha claro o verdadeiro papel político de uma vanguarda revolucionária. Além do mais, não se pode confundir a tática elaborada para uma dada conjuntura com uma estratégia mais globalizante.

O fato é que **"Os comunistas, em realidade, agiram como um partido da ordem"** (Weffort), independente desse ou daquele governo, desde que estivesse comprometido com a estratégia diplomática desenvolvida pela União Soviética no período em foco. A colaboração de classes, no plano externo, se dava também sob o plano interno. Desse modo, o movimento sindical, atrelado ao aparelho do Estado, atrelava-se igualmente à ideia de "ordem e tranquilidade", que satisfazia às (pobres) necessidades tática dos comunistas pouco combativos.

Mas já em 1946 a situação iria mudar. O movimento das massas, com as greves, sensibilizaria a direção do PC que, pressionada pelas bases operárias, passaria a ter um papel mais ativo e mais estimulante. As greves, então, passaram a ser apoiadas, através

inclusive da imprensa do partido. As palavras-de-ordem "pela liberdade e autonomia sindical" ganharam as ruas. Afinal, desde 1931, com o decreto 19.770, o governo tentava controlar a organização sindical. Este controle só se dá de fato com o golpe de Estado de 1937 e se completa com a criação do imposto sindical em 1940.

Enquanto isso, o crescimento do PC assustava o governo e a burguesia. De qualquer maneira, lutar "pela liberdade e autonomia sindical" no abstrato, apenas como palavra-de-ordem sem maiores consequências práticas, significava tão-somente um avanço (bastante) relativo, de pouco conteúdo político. Por outro lado, a sensibilidade anotada da direção do PC ocorria em cima de um fato concreto, politicamente falando: suas tentativas de colaboração com o novo governo haviam se esgotado. Só lhe restava influir de maneira decisiva no rumo dos movimentos sociais e sindicais. O final de 46 e o início de 47 pareciam apontar para esta possibilidade, apesar de o PC ainda ser, naquela ocasião, um simples partido parlamentar, sem uma perspectiva verdadeiramente revolucionária para o conjunto da sociedade brasileira.

É neste quadro que se dá a reviravolta em termos de política internacional: a "guerra fria" entre a URSS e os países capitalistas desenvolvidos tem início em 1947, com a Guerra da Coreia eclodindo logo em seguida. No plano interno, a repressão ganha vulto: em 1947, de um total de 944 sindicatos espalhados pelo país, 143 sofrem intervenção governamental. No dia 7 de maio desse ano o registro do PC foi cassado: a repressão aumentaria, atingindo comunistas e operários em geral. O sindicalismo entra em refluxo. De 797.691 sindicalizados em 1946, passa-se a ter 738.616 em 1950. As greves diminuem: são apenas 16 durante o ano de 47. As direções "pelegas" começam a se destacar: o atrelamento ao Estado estava consumado. Mesmo assim, o ano de 1948 assinala alguns movimentos grevistas de importância considerável, envolvendo mais de 250 mil trabalhadores(9).

Nos anos 50, a prática populista, aliada ao "nacionalismo", seria retomada. E o atrelamento continuaria, apesar dos "piques" grevistas, como a greve em São Paulo dos 300 mil trabalhadores em 1953. Registre-se que nesse ano o número de grevistas em nosso país foi superior a 800 mil trabalhadores da cidade e do campo. Outro fato importante a ser colocado: a força de trabalho em nossa indústria aumentou de 781.185 operários (em 1940) para aproximadamente 1.500.000 (em 1953). Ainda em 53, são 800 mil os operários sindicalizados.

O segundo período Vargas, que iria até 1954, abriria espaço político para o "desenvolvimentismo" juscelinista, sabendo-se que entre 1952 e 1958, o número de sindicatos cresceu de modo significativo: de 1096 para 1552. Como foi dito, "A herança juscelinista é transferida para os trabalhadores sob a forma de uma crise política associada à recessão econômica. De renúncia de Jânio Quadros à derrubada de João Goulart, os trabalhadores procuram desesperadamente um caminho próprio no atoleiro nacionalista, sem conseguir entretanto uma saída, pois a liderança sindical populista estava por demais comprometida com o governo" (10).

Mas a tragédia do populismo, do sindicalismo e da própria esquerda brasileira, ou da

sociedade como um todo articulado onde os trabalhadores jamais tiveram vez e voz, mas a tragédia do populismo e do sindicalismo, repetimos, estava traçada com régua e compasso: com o golpe de 64, as regras da ditadura (burguesa) mudaram mais uma vez. Como sempre, a seu favor.

NOTAS

- 1) CEDAC. *Perspectivas do Novo Sindicalismo*. São Paulo, Ed. Loyola-CEDAC, 1980, p. 27.
- 2) Octávio IANNI. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 3ªed., 1975, p. 93.
- 3) Octávio IANNI. Obra citada, p. 93.
- 4) Veja Edgard CARONE. *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo, DIFEL, 1976, p. 513.
- 5) Veja Francisco C. WEFFORT. Origens do sindicalismo no Brasil, in: *Estudos CEBRAP*, São Paulo, abril-maio-junho 1973, p. 83-84.
- 6) Ricardo MARANHÃO. *Sindicatos e Democratização*. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- 7) Cf. Ricardo MARANHÃO. Obra citada, p. 115.
- 8) Veja Francisco C. WEFFORT. Obra citada, p. 77
- 9) CF. Jover TELLES. *O Movimento Sindical no Brasil*. São Paulo, Ciências Humanas, 1981, p. 39. Convém citar Telles a respeito de uma questão que nos interessa: "Nos anos posteriores a 1945 continuou o processo de empobrecimento dos operários. . . estudos feitos sobre a perda do valor aquisitivo do cruzeiro e a elevação do custo de vida, tomando-se como ponto de partida o ano de 1939, e de término o ano de 1955, revelam que o índice do custo de vida estimado em 100,00, no ano de 1939, subiu para 938,20, em 1955; o valor aquisitivo do dinheiro baixou de 100,00 para 10,60".
- 10) CEDAC. Obra citada, p. 31. Sobre a greve dos 300 mil, em 1953, uma indicação indispensável: José Álvaro MOISÉS. *Greve de Massa e Crise Política*. São Paulo, Polis, 1978. Esta greve, inclusive, acarretou a criação do Pacto de Unidade Intersindical (PUI), que durante cinco anos procurou orientar as lutas dos trabalhadores. Em 1954, no Estado de São Paulo, o PUI coordenaria uma greve geral contra a carestia que envolveria 1 milhão de trabalhadores.

1960/1964: A PROVA DE FOGO DOS SINDICATOS BRASILEIROS

Entre 1960 e 1964, o movimento sindical brasileiro viveu sua prova de fogo. A expansão industrial da década de 50, fomentada especialmente pelos investimentos do "Plano de Metas" juscelinista, dava os seus primeiros sinais de esgotamento.

O salário mínimo real no Rio de Janeiro declinou 11% nos primeiros quatro anos da década e o crescimento industrial, que era de 16,2% ao ano em 1958, chegou cinco anos

depois a apenas 0,2%. Os trabalhadores viam-se, portanto, diante de uma conjuntura de crise, enfrentando uma inflação que corroía seus salários a níveis inéditos.

A Crise e o Populismo

A inflação galopante e a crise econômica induziam a burguesia a tomar medidas drásticas contra os salários, buscando a saída para a retomada da acumulação. A implantação de medidas de arrocho salarial no período anterior ao golpe militar esbarrava, entretanto, na política de massas populista então vigente. O proletariado, em sua maioria formado por migrantes rurais recém-in-corporados à indústria, não dispunha então de organização e consciência independentes.

A liderança anarco-sindicalista, que predominara no movimento operário até meados dos 20, perdera sua base de apoio, os imigrantes europeus que formavam a força de trabalho das primeiras fábricas em São Paulo e no Rio de Janeiro. A industrialização posterior a 1930 absorvera um número considerável de trabalhadores rurais, sem nenhuma consciência sindical — e muito menos política — que serviu de matéria-prima para a constituição do populismo.

A crise que se instala no país no início dos anos 60 não é apenas econômica, mas também política, na medida em que os governos populistas não conseguiam responder às reivindicações imediatas das massas. Goulart possuía um chamado "dispositivo sindical", que utilizava a seu favor na luta política com outras facções burguesas, mas, ao se sentir demasiadamente pressionado a realizar as chamadas "reformas de base" pela cúpula dos sindicatos, buscava de todos os modos enfraquecer a organização sindical, através de expedientes traiçoeiros. Beneficiava-se do apoio dos trabalhadores em circunstâncias críticas, como na ocasião de sua posse, porém resistia à implantação de reformas mais radicais, ao mesmo tempo em que concebia um Plano Trienal que preconizava uma política de achatamento dos salários dos trabalhadores.

A história desse início de década é, portanto, a história do colapso do populismo. O despreparo das massas trabalhadoras e de suas vanguardas não permitiu que houvesse um rompimento radical com a prática populista e um avanço no grau de organização do proletariado, como passo para transformações sociais profundas. O golpe militar de 1964 reprimiu a um só tempo as lideranças sindicais e populistas, realizando a ferro e fogo o que Goulart não havia conseguido ao manter intacto o antigo pacto social.

Os Sindicatos diante da Crise

A sucessão de greves contra os aumentos no custo de vida, desde o final da década de 1950, colocou para o movimento sindical, de forma concreta, um dos maiores empecilhos da legislação sindical vigente: a proibição de formar Centrais Sindicais. Como lutar contra medidas que afetavam indistintamente todos os trabalhadores através de sindicatos locais, organizados em sua maior parte segundo os ofícios?

Desde o final do Estado Novo, o movimento procurou criar suas formas de

unificação, através de Centrais Sindicais Nacional e Estaduais. Em 1946, o racha entre pelegos e comunistas no I Congresso Nacional de Trabalhadores levou a que estes últimos criassem a C.T.B., que funcionou até 1947, quando o PCB foi fechado. As U.G.T. estaduais (ligadas à C.T.B.) ainda sobreviveram até 1955, mas neste ano foram definitivamente liquidadas.

A partir daí, o movimento pela criação da Central Sindical se caracteriza pela formação de alianças ou pactos entre sindicatos mais combativos, geralmente a partir de alguma greve mais importante. Em 1953, após a greve dos 300.000 em São Paulo, foi constituído o Pacto de Unidade Intersindical (PUI), com a participação de 100 sindicatos. Em 1958, é fundado no Rio a Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS) e em 1960 o Pacto de Unidade e Ação (PUA), após a greve nacional dos transportes e congregando os sindicatos de ferroviários, marítimos e portuários.

Em São Paulo, também foi formado o Conselho Sindical dos Trabalhadores (CST), formado pelos PUI de São Paulo, ABC e Sorocaba e pelo Fórum Sindical de Santos, ou seja, uma espécie de Central Estadual.

Em agosto de 1962, culminando o processo de aliança dos sindicatos estaduais e setoriais, foi fundado em São Paulo o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) com a participação do PUA, da CPOS e de três confederações oficiais (trabalhadores da indústria, dos transportes e dos bancos). Posteriormente, a confederação dos trabalhadores rurais viria a se juntar ao Comando. Oriundo de um Comando Geral de Greve, criado em 1961 para resistir ao golpe tramado pelos ministros militares para impedir a posse de Goulart, o CGT caracterizou-se pela fusão de diversas intersindicais originadas das lutas econômicas, mas que já começavam a responder, a partir de 1961, a problemas de ordem política, embora ainda nos marcos do populismo.

Essas intersindicais e o CGT, embora representassem um rompimento prático com a legislação sindical, padeciam de um mal comum: representavam a união de sindicatos atrelados ao Estado, sem bases constituídas nos locais de trabalho. As lideranças combativas apoiavam a política populista e as organizações intersindicais eram toleradas na medida em que também serviam aos objetivos do governo.

Hoje fica claro que teria sido necessário, ao lado da construção das intersindicais, um movimento pela libertação dos sindicatos da tutela oficial e um esforço para dotar os sindicatos de bases nos locais de trabalho. Mas isso significaria entrar em choque direto com o governo e romper o pacto populista, o que não interessava às lideranças de então.

As Greves Políticas

A situação econômica e a inflação ascendente impulsionavam os trabalhadores a defenderem seu nível de vida com greves constantes. Entre 1961 e 1964, foram realizadas 500 greves, sendo 7 gerais. O rompimento do pacto populista era iminente, pois, apesar de tudo, o proletariado amadurecia.

Os primeiros sinais da solução militar se configuraram no episódio da renúncia de

Jânio. Sua política interna era claramente reacionária e visava controlar a inflação às custas do proletariado. Ao mesmo tempo, iniciava uma política externa pragmática, visando a ampliação, mercado externo para os produtos brasileiros, que desagradava sua base de apoio udenista. Com tantas contradições geradas, Jânio tentou um golpe de mão, entregando o poder aos ministros militares reacionários, na esperança de ser por eles reconduzido ao poder em situação de força. As bases de apoio para um golpe de direita estavam, entretanto, desorganizadas e divididas pela própria política que imprimira como Presidente. Os chefes militares, ainda assim, tentaram o golpe, procurando impedir a posse de Goulart. Encontraram, porém, um Exército dividido e a resistência dos sindicatos.

A burguesia ainda não demonstrara incapacidade de governar diretamente e a volta de Goulart configurava uma última tentativa de sair da crise mantendo intacto o esquema populista em vigor.

Os sindicatos também apostaram nessa alternativa. As lideranças sindicais interpretaram a situação como mais uma intervenção das forças reacionárias e do imperialismo contra os nacionalistas. A política externa de Quadros ajudou a versão logo difundida, porém era difícil explicar o porquê das medidas anti-proletárias de Jânio no terreno econômico. No Rio, os ferroviários iniciaram de imediato uma greve e o Comando Geral de Greve divulgava um "veemente apelo ao Sr. Jânio Quadros para que reassuma o posto que o povo lhe confiou". A prisão de 400 sindicalistas por Lacerda no Rio foi suficiente, entretanto, para impedir a greve geral, falhando a tentativa de realização da primeira greve geral política no país.

Ela mostrou, porém, as fraquezas crônicas do movimento operário: a falta de organização pela base (a prisão da cúpula do movimento não provocou reação e impediu o prosseguimento do protesto) e a dependência ideológica à burguesia. Um movimento sindical mais organizado seria, certamente, capaz de manter a paralisação prevista e até mesmo impulsioná-la, devido à repressão abatida sobre sua liderança. Um movimento mais consciente resistiria, sem dúvida, ao golpe, mas não lançando a bandeira de apoio incondicional a Jânio, protagonista de uma política econômica anti-proletária.

A intervenção do III Exército permitiu o retorno de Goulart ao país, assumindo a Presidência, porém dentro de um sistema parlamentar. Os sindicalistas reformistas lançaram mão do crédito recebido com o apoio ao "movimento pela legalidade" e iniciaram um movimento pela formação do CGT, cuja atuação será decisiva na deflagração das greves políticas ocorridas a seguir.

As duas greves políticas gerais de 1962, organizadas pelo CGT, foram amplamente bem sucedidas em seus objetivos. Em ambos os casos, o principal beneficiário foi o próprio Goulart.

Em julho de 1962, ocorreu a primeira greve geral política do país, em protesto pela negativa do Congresso de apoiar a indicação de San Tiago Dantas para primeiro-ministro. O CGT, embora ainda não formalizado, encarregara-se da organização do maior movimento grevista realizado na história do Brasil.

A greve, entretanto, extrapolou os objetivos originais, incorporando uma plataforma

com reivindicações por melhores salários e condições de vida. Na Guanabara, chegou a haver saques a armazéns e mortos pela intervenção da polícia.

Percebendo a força que adquirira o CGT e suspeitando que não poderia levar a cabo as reformas exigidas pelas lideranças sindicais, ao mesmo tempo em que o movimento ameaçava adquirir contornos próprios, Goulart tentou uma manobra para esvaziar o CGT, criando uma certa União Sindical dos Trabalhadores (UST), que contava com o apoio de pelegos, sindicalistas católicos e anti-comunistas. O objetivo da UST era de "conter os extremismos". O apoio de Goulart era de tal modo decisivo que, em julho de 1963, quando decidiu extingui-lo, a entidade desapareceu como por encanto.

A segunda greve política geral se deu em setembro de 1962. Mais uma vez estava em pauta o fortalecimento do poder de Goulart, pelo restabelecimento do presidencialismo. O CGT decretou greve geral quando da negativa do Congresso de convocar um plebiscito sobre a forma de governo, mas a adesão desta vez foi menor, apesar da inclusão de um catálogo de reivindicações econômicas, entre elas a que exigia 100% de aumento. A greve restringiu-se praticamente aos sindicatos que compunham o núcleo do CGT e o seu resultado concreto foi a nomeação de um novo gabinete e a marcação do plebiscito para janeiro de 1963.

Em termos de atendimento a suas reivindicações de classe, pouco lucrou o proletariado com as grandes greves de 1962. As lideranças sindicais esperavam, entretanto, que com a volta do presidencialismo em 1963 Goulart fosse capaz de levar adiante as tão prometidas "reformas de base".

O CGT e o Poder

Goulart se servia do apoio sindical que recebera em várias ocasiões decisivas, mas não tencionava tornar-se um instrumento dos sindicalistas. Temia antes de tudo que o ímpeto por reformas extrapolasse o que era possível pela aliança burguês-latifundiária e pela crítica situação econômica. Em várias ocasiões deu mostras de insatisfação em relação ao CGT, como no caso do patrocínio à UST.

Em outubro de 1962, Goulart chegou a apelar para convocação do Estado de Sítio para pôr fim ao movimento conspiratório de Lacerda na Guanabara. O CGT protestou contra a medida, receando que ela se voltaria inevitavelmente contra o movimento sindical, inclusive contra a greve dos bancários em andamento na ocasião, criando mais um motivo de desconfiança entre o Presidente e a cúpula sindical. Outros motivos viriam depois, como com o Plano Trienal de 1963, que pretendia combater a inflação contendo os salários.

Goulart, entretanto, procurou continuar o jogo duplo, utilizando seu "dispositivo sindical" contra os adversários, mas contendo a ação dos sindicatos nos marcos estritamente permitidos pela aliança burguês-latifundiária. Em agosto de 1963, chega a se referir elogiosamente ao CGT, embora nunca o tenha reconhecido oficialmente.

Em pelo menos duas ocasiões, ainda em 1963, o CGT se chocou com o governo. Em setembro, as enfermeiras entram em greve e são apoiadas pelos portuários de Santos, ocasionando a mobilização de tropas pelo governo e a ameaça de greve geral pelo CGT. Em

outubro, o CGT voltou a defender a greve geral, pois o TRT ameaçava declarar ilegal a greve dos bancários.

Goulart procurou então substituir a liderança sindical reformista por gente sua, mais confiável, que apelasse menos para greves gerais e reformas de base. Em janeiro de 1964 tentou se apoderar da direção do CNTI através da compra de votos, mas foi derrotado. O vencedor, apesar disso, declarou-se "apoiado" por Jango.

Goulart falhara em controlar o movimento sindical em mais de uma oportunidade. Ao mesmo tempo, o proletariado dava sinais de uma radicalização nas greves, fugindo muitas vezes do controle da cúpula sindical. O trabalhismo, pouco a pouco, tornava-se incapaz de governar.

O Golpe

Os últimos ingredientes para o golpe miliar foram adicionados em março de 1964. No comício do dia 13, Goulart assinou o decreto de reforma agrária parcial e de nacionalização das refinarias. O comício fora organizado pelo CGT e teve a participação de 200.000 pessoas.

As forças políticas reacionárias, evidentemente, não apreciaram as pálidas medidas reformistas de Goulart, mas o que precipitou a decisão das forças armadas foi a crise militar que estourou no final do mês envolvendo fuzileiros e sargentos.

Os fuzileiros haviam constituído uma Associação e vinham participando de acontecimentos políticos e sindicais. O Ministro da Marinha tentou por termo a essas atividades ordenando a prisão da Diretoria da Associação, mas os marinheiros desconhecaram a ordem e se reuniram no Sindicato dos Metalúrgicos, desacatando o Ministro. Tropas do I Exército são chamadas para sufocar a manifestação dos marinheiros, mas os soldados não atacam. Diante da situação, o Ministro da Marinha demite-se e Goulart "anistia" os insurgentes.

A fraqueza de Goulart no trato com os revoltosos foi a gota d'água para a ação dos militares que o derrubaram. Para o comando sindical, foi a hora da verdade. O CGT se sentira fortalecido com os últimos acontecimentos, em que atuara como mediador entre o governo e os marinheiros, e o golpe surpreendeu-o no auge do prestígio.

A força do CGT mostrou-se, entretanto, inexistente no confronto com os golpistas. Apesar da convocação da greve geral, esta foi um solene fracasso, entre outras coisas por ter havido paralisação dos trens, impedindo a locomoção dos trabalhadores. A principal razão, entretanto, foi que, ao habituar-se a um trabalho de cúpula, mantendo intacta a estrutura sindical, o CGT distanciou-se da organização das bases. Habituar-se à convocação de greves gerais que só funcionavam porque paravam os transportes públicos.

Quando começou a repressão e caça às lideranças sindicais, desestruturou-se a resistência como que por encanto. A estrutura sindical, entretanto, foi mantida intacta pelos novos governantes. Afinal, ela poderia continuar a prestar serviços à burguesia, evitando a organização independente e livre dos trabalhadores.

A Crise da Estrutura Sindical

O ano de 1964 foi uma prova de fogo para o movimento sindical. Ficou demonstrada a incapacidade de a estrutura sindical atrelada, da forma como foi concebida pela CLT, de dirigir a luta dos trabalhadores. Mesmo o adereço de organizações centrais, como o CGT, não foi capaz de dar ao sindicalismo brasileiro um outro caráter: um caráter de independência em relação ao Estado e um caráter de base.

Hoje, estamos diante do aparecimento de correntes sindicais, como a dos autênticos e das Oposições Sindicais, que compreendem a necessidade de uma organização sindical livre, autônoma e organizada pela base, tirando, assim, as lições da derrota sem luta de 1964.

Não se pode dizer, entretanto, que o proletariado como um todo esteja consciente dos perigos da manutenção da atual estrutura sindical, da continuação de práticas cupulistas e de aliança com setores burgueses ditos "progressistas". Ao contrário, constata-se hoje uma aliança entre pelegos e reformistas nos sindicatos que reincide nos mesmos erros do passado. Porém, a existência dos autênticos e das Oposições Sindicais demonstra que nem todos pretendem permanecer errando e, com isso, impedindo a organização independente dos trabalhadores.

Muitos estão dispostos a aprender com o passado.

BIBLIOGRAFIA

CARONE, Edgard. *A Quarta República (1945-1964)*. São Paulo, DIFEL, 1980.

CEDAC. *Perspectivas do Novo Sindicalismo*. São Paulo, Loyola - CEDAC, 1980.

FUCHTNER, Hans. *Os Sindicatos Brasileiros, Organização e Função Política*. Rio de Janeiro, Graal, 1980.

OLIVEIRA, Francisco de. "A Economia Brasileira — Crítica à Razão Dualista", in *Seleções CEBRAP*, nº 1. São Paulo, CEBRAP, 1977.

VICTOR, Mário. *Cinco Anos que Abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

POSFÁCIO: SINDICALISMO HOJE

Qual a situação do sindicalismo brasileiro, hoje, após 18 anos de regime militar? Não se pode responder essa pergunta, sem levar em conta as mudanças pelas quais a classe operária passou nesse espaço de tempo.

Durante a fase de repressão indiscriminada, antes da "abertura", tivemos poucas manifestações de luta e de resistência contra as condições de vida e de trabalho, impostas à classe operária com a ajuda da máquina do Estado. Houve, sim, as greves de Contagem e Osasco, que foram levadas à frente por comitês de empresa (hoje se diria Comissões de Fábrica). Em ambos os municípios, as greves (a rigor três, duas em Contagem e uma em Osasco) foram esmagadas pelo regime. Mas, posteriormente, a luta nunca cessou inteiramente, sem todavia chegar a confrontos abertos. Frequentemente os conflitos tomaram a forma de "operações tartaruga". Houve também para-lizações isoladas, como na Villares, mas a palavra "greve" foi cautelosamente evitada. Finalmente, em fins de 1977, houve a "Campanha de Reposição Salarial" entre os metalúrgicos de São Bernardo, que, embora sem atingir os seus objetivos, pela primeira vez mobilizou massas; contando com assembleias de 5.000 operários.

Quando surgiram as greves do ABC, em 1978, tornou-se patente que importantes setores da classe tinham absorvido parte da experiência do passado. A primeira onda de greves deu-se à base de Comissões de Fábrica. E na medida em que essas ondas se propagavam do seu centro, o ABC, pelo resto do país, eram Comissões de Fábrica que as lideravam. Tratava-se da resposta espontânea da classe operária ao fato de o sindicalismo oficial, atrelado e enfraquecido por intervenções e outras formas de repressão, não ter estado em condições para defender as reivindicações mais elementares da classe operária durante a ditadura militar.

As Comissões tinham sido uma resposta ao sindicalismo atrelado, mas uma resposta transitória. Não se mantiveram. Com poucas exceções (como na Fiat-Diesel, no Estado do Rio, onde foi desmantelada na última greve .contra o desemprego), as Comissões se dissolviam depois de preencher as suas tarefas imediatas, uma campanha salarial ou uma greve etc. Para isso contribuiu também o fato de sindicalistas combativos, como Lula, na primeira fase ter visto nas Comissões um órgão rival ao sindicalismo "autêntico". A experiência posterior causou uma mudança de atitude. Lula, recentemente, empenhou-se na organização de uma Comissão na "Ford", em São Bernardo.

Já tinha surgido o sindicalismo "autêntico". Tratava-se de poucos sindicatos combativos, a começar pelos metalúrgicos de São Bernardo, que se identificaram com as aspirações da classe e lideravam a luta contra o patronato e a política governamental. A greve de 1979, de São Bernardo, já foi liderada pelo Sindicato e não mais pelas Comissões. Esta greve não chegou mais a pegar patrões e governo de surpresa. Os seus resultados práticos não podiam ser tão espetaculares, como no ano anterior. Não se concluíam mais Acordos Coletivos entre patrões e assalariados. A intervenção direta do Estado pesou de novo.

O confronto maior se deu em 1980. Desta vez a repressão estava disposta a exterminar o "mal" pela raiz. As greves de São Bernardo tinham repercutido no país inteiro, encorajando movimentos similares até entre os sindicatos rurais incipientes. Em 1980, patronato e governo estavam decididos a causar uma derrota ao setor de vanguarda do proletariado brasileiro, para poder assegurar a "tranquilidade" no resto do país e impor a sua política econômica.

Em parte o conseguiram. Durante um ano, depois da greve de São Bernardo, não houve nenhum movimento análogo nos centros industriais do país. E mesmo o sindicato de São Bernardo, em 1981, achou por bem não procurar novo confronto sob as relações de forças reinantes, para não arriscar nova derrota e a própria organização dos metalúrgicos, que ainda se estava recuperando da recente intervenção. Essa tendência geral só sofreu mudanças com o surgimento do problema grassante do desemprego, levantado publicamente primeiro na "Volks" e que levou à greve da Fiat-Diesel.

Já antes de a situação ter chegado a esse ponto, colocara-se de novo, de uma forma incisiva, o problema da luta contra o atrelamento sindical. Co-locou-se publicamente em dois níveis, durante a greve dos metalúrgicos de São Paulo. Em primeiro lugar, por ocasião da intervenção do Ministério do Trabalho no sindicato, mostrando que qualquer greve maior, que contrariasse a política econômica do governo, seria declarada ilegal nas atuais circunstâncias. Em segundo lugar, o problema ficou colocado sob o ângulo das relações de forças desfavoráveis aos operários em qualquer greve de peso maior. Em São Bernardo, os metalúrgicos de um só município, praticamente (Diadema no caso não pesava), enfrentavam na greve não somente uma das concentrações regionais mais poderosas de multinacionais, como também a FIESP, a organização dos patrões de todo o Estado de São Paulo, além da repressão direta, jurídica e física, que contava com o beneplácito do governo federal.

Ficou patente que a situação dos sindicatos no Brasil é única. Em outros países capitalistas, os sindicatos são organizados em bases estaduais ou nacionais. Mesmo quando as greves são locais, colocam recursos estaduais ou nacionais a disposição. No Brasil, os sindicatos são, em sua grande maioria organizados pela base territorial menor existente, o município. E assim mesmo são proibidos por lei de formar fundos de greve. Os metalúrgicos de São Bernardo contornaram o problema, fundando um fundo de greve como sociedade civil. Uma solução que se impõe, nas atuais circunstâncias, mas que não substitui um fundo de greve formado por contribuições regulares da classe.

Foi a experiência das greves de São Bernardo, que colocou o problema latente da libertação dos sindicatos do atrelamento em termos concretos à classe operária. Para qualquer operário, com um mínimo de consciência de classe, as limitações dos sindicatos existentes para enfrentar os problemas vitais da classe já estavam evidentes. Para a grande massa dos trabalhadores, eram em geral as lideranças sindicais os responsáveis pela situação reinante nas diversas categorias. Havia diretorias sindicais "boas" e outras "más". Agora colocou-se um problema novo. A diretoria do sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo era indiscutivelmente "boa", pois liderava a luta pelas reivindicações da classe; mas assim mesmo não conseguiu impôr-se aos patrões. E se o empenho unânime dos metalúrgicos de São Bernardo, liderados por uma diretoria excepcionalmente combativa, foi

derrotado, foi sobretudo pela presente estrutura sindical atrelada, que impediu uma mobilização de recursos necessários para o confronto entre capital e trabalho, na escala em que se dera.

Em que consiste de fato o atrelamento sindical ?

Todo mundo sabe que é uma consequência da CLT, legislação trabalhista adotada há mais de quarenta anos, durante o Estado Novo. São relativamente poucos os instrumentos, que permitem ao Estado controlar a vida sindical. Há, em primeiro lugar, as leis que possibilitam ao Ministério do Trabalho intervir diretamente e eliminar diretorias não-conformistas. Há o controle financeiro dos sindicatos através do Banco do Brasil que impede a formação de fundos de greve. Há o "estatuto padrão", obrigatório para todos os sindicatos, que dificultam uma participação real das bases na vida sindical e que fomenta o peleguismo. Há a "Comissão de enquadramento " do Ministério do Trabalho, que delimita o raio de ação do sindicato, velando para que não se torne forte demais. E há o "imposto sindical", que produz e reproduz o peleguismo em todos os níveis. Evidentemente, há mais parágrafos e cláusulas, mais aí temos o instrumentário fundamental que amordaça a nossa vida sindical.

Nem todas as forças descontentes e potencialmente renovadoras do sindicalismo brasileiro vêem perspectivas palpáveis para uma libertação dos sindicatos do atrelamento. O objeto da Liberdade Sindical fica desejável, mas difuso no horizonte de um futuro desenvolvimento ainda indecifrável. Sinal é que nenhum dos partidos políticos, que fizeram a sua profissão de fé pela liberdade sindical ousou erguer essa bandeira no Congresso Nacional, para iniciar a luta, para mobilizar as massas trabalhadoras numa campanha para a derrocada da legislação estado-novista.

Na medida porém, que a denúncia da estrutura sindical existente penetra nas massas operárias, delinea-se uma reação organizada em forma das Oposições Sindicais. Sob Oposição Sindical entende-se não simplesmente o surgimento de facções sindicais, que questionem não só determinadas lideranças pelegas, mas a própria estrutura sindical. Não se formam somente nas horas das eleições, mas têm a sua vida própria, mesmo como grupos minoritários entre duas eleições. Pioneira nesse terreno foi a Oposição Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo, que apesar de derrotas eleitorais tornou-se o centro de irradiação para muitas organizações semelhantes no resto do país.

Sindicatos autênticos e Oposições Sindicais são hoje os dois esteios, de um movimento que na prática combate a estrutura sindical herdada. O futuro dessas lutas dependerá em grande parte da capacidade dessas suas forças de se entenderem e coordenarem o seu potencial. Surgidas sob condições diferentes, as relações entre ambas nem sempre foram boas. No ENTOES, ainda, isso impediu uma ação coordenada. O recente CONCLAT, entretanto (inclusive a sua preparação), indica rumos novos.

O CONCLAT, sobretudo, já permitiu um primeiro balanço das relações de forças existentes no nosso sindicalismo. Não podemos julgar o resultado pelas resoluções "sociais e políticas", submetidas à votação na última hora, no seu desfecho, quando de 5.000 delegados cerca de 400 estavam presentes. (Resoluções que incluíram a "Convocação de uma Assembleia Constituinte"). Decisivo foi a discussão em torno da formação da chapa

"pro-CUT", quando houve uma prova de força das duas tendências fundamentais existentes na nossa vida sindical; de um lado as forças situacionistas do peleguismo, reforçado por frações da esquerda reformistas, PCB, PCdo B, e MR-8 e, do outro lado, os contestadores da estrutura sindical, liderados por "Autênticos" e Oposições Sindicais. E pela surpresa geral e a dos próprios atuantes nos dois campos os contestadores não ficaram em minoria. Pelo menos se igualaram aos da situação.

Falamos em surpresa, porque indubitavelmente o campo da situação, a chamada "Unidade Sindical", conseguiu reforçar-se durante o impasse criado com o resultado da última greve de São Bernardo, enquanto que os contestadores não dispunham de organização semelhante. Não há dúvida também que para esse resultado contribuiu um fator novo, o rápido crescimento e a influência do sindicalismo rural, que apesar de ainda inexperiente, não sofre demasiadamente da herança pelega. Trata-se aqui de um fenômeno que merece um estudo a parte, mas que ultrapassa os limites deste trabalho.

Finalizando podemos constatar que:

1.) As mudanças, pelas quais percorreu o proletariado brasileiro no decorrer da última década e meia, representam um processo de amadurecimento da classe. O desmoronamento político do populismo teve também as suas conseqüências no terreno sindical, onde cresce o descontentamento com o sistema herdado do Estado Novo, que sobreviveu à "redemocratização" de 1945 e que serviu às Forças Armadas para assegurar a "paz social" até 1978.

2.) O desenvolvimento da classe operária brasileira se dá de uma maneira desigual, tendo sido mais acentuado em São Paulo, principalmente em São Bernardo, irradiando a sua influência pelo resto do país. É, em São Paulo, onde se encontra o berço dos Sindicatos Autênticos como também das Oposições Sindicais. Mas, mesmo naquela região o desenvolvimento não é igual. A expressão industrial dos últimos anos fez que a classe operária absorvesse novas camadas da população, cuja experiência de luta não ultrapassa o nível da oposição burguesa, que durante muitos anos teve o monopólio da oposição legal. É nestas camadas mais atrasadas politicamente (marcadas ainda pelo paternalismo e cuja consciência sindical não passa o nível do "assistencialismo"), que se apoia o peleguismo, reforçado pelos seus aliados reformistas da esquerda e que procura retomar as linhas da política sindical de 1945/47.

3.) O desenvolvimento do proletariado brasileiro como classe, abalou e superará a atual estrutura sindical, surgida sob condições históricas já ultrapassadas.

Simultaneamente, o futuro amadurecimento da classe operária brasileira dependerá da destruição e superação da atual estrutura sindical, a qual impede que o proletariado faça sentir o seu potencial político e social, que formara na sociedade durante as últimas décadas de expansão industrial. A conquista dos sindicatos livres ainda não solucionará os problemas fundamentais dos trabalhadores brasileiros, não será uma panaceia, mas fornecerá um instrumento e representará uma "escola", que os preparará melhor para enfrentar o seu futuro.